

José Irineu Rangel Rigotti

304.8098751

R572f

1994

T(MG)

**FLUXOS MIGRATÓRIOS E DISTRIBUIÇÃO  
ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE -  
DÉCADA DE 70**

Dissertação apresentada ao  
Centro de Desenvolvimento e  
Planejamento Regional da  
Faculdade de Ciências  
Econômicas da Universidade  
Federal de Minas Gerais, como  
requisito parcial à obtenção  
do título de Mestre em  
Demografia.

**Orientadores:**

Prof. Dr. José Alberto Magno de Carvalho  
Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues

Belo Horizonte  
CEDEPLAR/FACE/UFMG  
1994

**FAVOR NÃO FAZER ANOTAÇÕES OU GRIFOS  
A TINTA OU A LÁPIS NESTA PUBLICAÇÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL


CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO: "Fluxos Migratórios e Distribuição Espacial da População na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Década de 70."

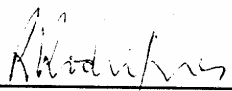
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Distribuição Espacial da População

AUTOR: José Irineu Rangel Rigotti

APROVAÇÃO DA COMISSÃO EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
José Alberto Magno de Carvalho  
Professor Orientador

100,0  
NOTA

  
\_\_\_\_\_  
Roberto do Nascimento Rodrigues

100,0  
NOTA

  
\_\_\_\_\_  
Celso Amorim Salim

100,0  
NOTA

LOCAL E DATA DE APROVAÇÃO: Belo Horizonte, 13 de janeiro de 1994.

"... preferir o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas. Acreditar que o que é produtivo não é sedentário, mas nômade".

Foucault

## AGRADECIMENTOS

Quem conhece minha péssima memória pode fazer uma idéia de como é difícil para mim escrever esse "capítulo" da dissertação. Vou fazer um esforço para não esquecer de ninguém.

Em primeiro lugar agradeço aos contribuintes brasileiros, em sua grande maioria assalariados honestos que não sonegam impostos, e tornaram possível o financiamento dos meus estudos via bolsas da CAPES e FAPEMIG.

A entrada no mestrado me ofereceu a feliz oportunidade de conhecer a não menos feliz coorte/91. Aprendi muito com a experiência e bom senso do Celso e do Morvan. Cibele, Moema e Iuri provaram que a estatística como um bicho de sete cabeças é uma hipótese nula. A Márcia, não contente com essa formidável façanha, demonstrou por  $A + B$  que um computador não morde, apenas late às vezes. O reconhecimento de que o espanhol e o "portunhol" são línguas distintas, porém comunicáveis, devo aos meus amigos dominicanos, Carmem e Zenón. Com o Maxwell discuti questões cientificamente complexas e polêmicas do tipo: quem deve ser o técnico da seleção brasileira, qual o melhor esquema tático, etc., etc. Creio que a "turma do anti-log" (formada pelos dissidentes Camilo, Carlão, Marília, Paula, Virgínia e este que escreve estas mal traçadas) aprendeu que, de vez em quando, linearizar uma função é uma boa estratégia de sobrevivência. Entretanto, como parte da vida, estes momentos de descontração foram seguidos por outros muito difíceis para mim. Por isso, faço uma menção especial ao Carlão, Iuri e Morvan, que me acompanharam diariamente, demonstrando que a solidariedade não tem limites.

No grupo dos solidários e grandes amigos do CEDEPLAR incluo mais duas pessoas. O Roberto não é apenas o orientador crítico que contribuiu muito para o meu aprendizado. É também um companheiro de todos os momentos. Devo muito a ele, e só fico tranqüilo porque esta dívida poderá ser paga, pois o parcelamento é a longo prazo, e temos muito tempo pela frente. A outra pessoa é o Ralfo, meu ex-professor e atual amigo. Foi quem mais me incentivou a tentar o ingresso no curso de demografia. Além disso, para fechar com "chave de ouro", na fase de elaboração desta dissertação, cedeu preciosíssimos dados, arduamente trabalhados. Poucas pessoas têm tal desprendimento. Não costumo esquecer essas coisas.

A elaboração desta dissertação não poderia sequer ser iniciada não fosse a dedicação dos funcionários do CEDEPLAR, como por exemplo, a Cris (que me agüentou fazendo perguntas sobre editor de textos de 5 em 5 minutos), o Maurício, pois sem sua eficaz ajuda eu não teria os dados necessários, e o pessoal da biblioteca, uma alegre mistura de eficiência e simpatia, exemplo de Joana, que fez a correção bibliográfica.

Ao professor José Alberto tenho até dificuldades em agradecer, tamanho o respeito que tenho pela sua pessoa. Para mim ele é o exemplo do verdadeiro mestre, dedicado e de inquestionável competência. Mas não apenas isso. Jamais vou me esquecer do seu entusiasmo com as descobertas que fizemos no decorrer deste trabalho. É muito agradável saber que duas pessoas, um no ápice de sua carreira profissional e outro ensaiando os primeiros passos, podem sentir o mesmo prazer quando se deparam com uma novidade científica. Nestes momentos tenho a certeza que escolhi a profissão correta.

Finalmente, agradeço a quatro pessoas sem as quais esta jornada seria simplesmente impossível. Refiro-me aos meus pais, Irineu e Osnira, e também aos meus tios, Osmir e Isabel. Juntos, formam o quarteto a quem eu devo toda a minha formação.

## SUMÁRIO

|       |  |    |
|-------|--|----|
| 1     | INTRODUÇÃO . . . . .   | 1  |
| 1.1   | A área de estudo . . . . .   | 3  |
| 1.2   | Objetivos e estrutura da dissertação . . . . .   | 4  |
| 2     | UMA DISCUSSÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL<br>DA POPULAÇÃO . . . . .                          | 7  |
| 2.1   | A migração enquanto "fenômeno demográfico" . . . . .   | 8  |
| 2.1.1 | As limitações dos enfoques neoclássico e<br>histórico-estrutural . . . . .                     | 15 |
| 2.2   | A migração enquanto "fenômeno urbanístico" . . . . .   | 19 |
| 2.2.1 | As limitações da abordagem convencional . . . . .  | 22 |
| 2.2.2 | A teoria do uso do solo como alternativa às<br>abordagens convencionais . . . . .              | 26 |
| 2.3   | A necessidade de uma síntese . . . . .   | 30 |
| 3     | CONCEITOS, FONTE DE DADOS E METODOLOGIA . . . . .  | 32 |
| 3.1   | O conceito de migrante . . . . .   | 33 |
| 3.2   | Fonte de dados . . . . .   | 36 |
| 3.3   | Metodologia . . . . .  | 38 |
| 3.3.1 | Mensuração indireta - saldos migratórios e taxas<br>líquidas de migração . . . . .             | 39 |
| 3.3.2 | Mensuração direta . . . . .  | 41 |
| 3.4   | Avaliação metodológica . . . . .   | 42 |
| 4     | CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA, DINÂMICA<br>DEMOGRÁFICA E MIGRAÇÕES INTERNAS NA RMBH . . . . . | 46 |
| 4.1   | As migrações e o processo de urbanização/industrialização<br>no Brasil . . . . .               | 47 |
| 4.2   | A industrialização de Minas e os impactos sobre a população<br>da RMBH . . . . .               | 53 |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 4.2.1 | Urbanização, concentração industrial e condições sócio-econômicas na RMBH . . . . .            | 58  |
| 4.3   | Migrações em Minas Gerais e na RMBH durante o período 1960 - 1980 . . . . .                    | 61  |
| 4.3.1 | População e migração na RMBH nos anos 60 e 70 . . . . .  | 63  |
| 4.4   | As migrações nos municípios da RMBH durante a década de 70 . . . . .                           | 69  |
| 4.4.1 | Áreas de atração e expulsão na RMBH . . . . .  | 70  |
| 5     | A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA RMBH: DÉCADA DE 70 E PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DOS ANOS 80 . . . . . | 76  |
| 5.1   | Uso do solo na RMBH: expressão das desigualdades sociais . . . . .                             | 76  |
| 5.1.1 | A "organização" do espaço urbano metropolitano: 1950 -1976 . . . . .                           | 78  |
| 5.1.2 | A "reorganização" do espaço urbano metropolitano: 1976 - 1982 . . . . .                        | 81  |
| 5.2   | Os fluxos migratórios intra-metropolitanos . . . . .   | 84  |
| 5.3   | A organização do espaço urbano e os fluxos migratórios intra-metropolitanos . . . . .          | 90  |
| 5.4   | O que nos dizem os dados preliminares do Censo de 1991 . . . . .                               | 93  |
| 6     | CONCLUSÕES . . . . .   | 100 |
| 7     | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .   | 106 |



**LISTA DE TABELAS**

|            |   |    |
|------------|---|----|
| TABELA 4.1 | Participação das populações urbana e rural na população total da Região Metropolitana do município de Belo Horizonte - 1960/80 . . . . .                      | 59 |
| TABELA 4.2 | População e taxas geométricas de crescimento anuais, RMBH e BH - 1950/1970 . . . . .  | 64 |
| TABELA 4.3 | Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1970/80: população total e migração . . . . .  | 71 |
| TABELA 5.1 | Loteamentos aprovados pelo PLAMBEL na RMBH, classe de loteamentos, por municípios de ocorrência e perfil sócio-econômico do proprietário, 1976-1982 . . . . . | 82 |
| TABELA 5.2 | Matriz de origem e destino dos migrantes intramunicipais da RMBH segundo os dados de procedência da década de 1970 . . . . .                                  | 85 |
| TABELA 5.3 | População por situação do domicílio, 1991 e taxas geométricas de crescimento anual por município, 1970/80 e 1980/91 . . . . .                                 | 95 |

## LISTA DE FIGURAS

|              |   |    |
|--------------|---|----|
| GRÁFICO 4.1  | RMBH - Saldo migratório por idade, 1970/80 . . . .                            | 68 |
| GRÁFICO 4.2  | Ribeirão das Neves - saldo migratório por idade, 1970/80 . . . . .            | 68 |
| GRÁFICO 4.3  | Municípios de altas TLM - saldo migratório por idade, 1970/80 . . . . .       | 68 |
| GRÁFICO 4.4  | Municípios de baixas TLM - saldo migratório por idade, 1970/80 . . . . .      | 68 |
| GRÁFICO 4.5  | Municípios de TLM muito altas - saldo migratório por idade, 1970/80 . . . . . | 68 |
| GRÁFICO 4.6  | TLM por sexo, 1970/80 - RMBH e Ribeirão das Neves                             | 72 |
| GRÁFICO 4.7  | TLM Femininas por idade, 1970/80 (Municípios com altas TLM) . . . . .         | 72 |
| GRÁFICO 4.8  | TLM Masculinas por idade, 1970/80 (Municípios com altas TLM) . . . . .        | 73 |
| GRÁFICO 4.9  | TLM Femininas por idade, 1970/80 (Municípios com baixas TLM) . . . . .        | 73 |
| GRÁFICO 4.10 | TLM Masculinas por idade, 1970/80 (Municípios com baixas TLM) . . . . .       | 74 |
| GRÁFICO 4.11 | TLM por sexo, 1970/80 - Municípios com TLM muito baixas . . . . .             | 75 |
| GRÁFICO 5.1  | Estrutura etária - RMBH 1980/91 . . . . .                                     | 98 |
| GRÁFICO 5.1A | Estrutura etária relativa - RMBH 1980/91 . . . . .                            | 98 |
| GRÁFICO 5.2  | Estrutura etária - RMBH, exceto BH 1980/91 . . . . .                          | 98 |
| GRÁFICO 5.2A | Estrutura etária relativa - RMBH, exceto BH 1980/91 . . . . .                 | 98 |
| GRÁFICO 5.3  | Estrutura etária - Belo Horizonte 1980/91 . . . . .                           | 98 |
| GRÁFICO 5.3A | Estrutura etária relativa - Belo Horizonte 1980/91                            | 98 |

## 1 INTRODUÇÃO

Num país de vastas dimensões e marcantes desigualdades regionais como o Brasil, a questão migratória sempre teve um papel de destaque no que se refere à dinâmica demográfica. Os movimentos da população brasileira tornaram-se particularmente expressivos a partir do desenvolvimento urbano-industrial do país. Por isso, os fluxos migratórios passam a receber atenção especial, principalmente na década de 70, por parte tanto dos órgãos oficiais de planejamento, como o Ministério do Interior, quanto dos pesquisadores.

A partir desses esforços, alguns traços característicos dos movimentos populacionais no Brasil foram revelados. O Estado de São Paulo despontou como grande centro absorvedor de contingentes populacionais oriundos, principalmente, dos Estados da região Nordeste e do Estado de Minas Gerais. Em que pese a importância de Minas na determinação da redistribuição espacial da população brasileira, poucos são os estudos que se dedicaram, ou têm se dedicado, à análise específica da migração em Minas Gerais.

Os municípios de origem e destino relacionados aos movimentos de população são especificados, pela primeira vez, no Censo Demográfico de 1980. Isto oferece novas e mais ricas possibilidades de análise e entendimento do fenômeno migratório no país. Entretanto, existe uma escassez de trabalhos demográficos que fazem uso dessas informações.

Uma consequência da subutilização dos quesitos referentes às migrações é que o conhecimento empírico e teórico sobre o tema não apresentou grandes avanços. A presente dissertação pretende diminuir um pouco esta lacuna, obviamente não preenchendo-a totalmente, mas sim avançando no conhecimento empírico do fenômeno migratório, ainda que de uma área em particular - a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - e, quem sabe, fornecendo subsídios para apontar novos caminhos para posteriores reflexões teóricas.

Apesar da importância que Minas Gerais exerce no país como fornecedora de população, sabemos que a característica de região de evasão populacional não pode ser generalizada para todo o território mineiro, especialmente a partir do momento em que a RMBH começou a se despontar como um dos maiores parques industriais do país. É exatamente essa dinâmica "interna" do processo migratório na RMBH o objeto central de investigação deste estudo.

O trabalho deverá empreender uma análise do crescimento populacional e da reestruturação do espaço metropolitano mineiro na década de 70 (concentração ou desconcentração). Isso serviria não apenas para um melhor entendimento da questão migratória na RMBH, mas também para a exploração das potencialidades do Censo Demográfico de 1980 referentes às migrações, bem como para apontar novas possibilidades de investigação a partir dos resultados do Censo Demográfico de 1991.

### 1.1 A área de estudo

A RMBH é a área de maior concentração econômica do Estado de Minas Gerais. Para se ter uma idéia, no período 1970-77, mais da metade dos novos projetos industriais com participação estrangeira no Estado localizavam-se na região. Em 1970, 38% do produto mineiro concentrava-se na RMBH (Matos, 1988).

A evolução da metrópole passa a adquirir expressão a partir de 1972, com a extensão do tecido urbano de Belo Horizonte até o distrito de Venda Nova e Contagem, formando uma conurbação de 171,43 Km<sup>2</sup>. Em 1977, com a incorporação das áreas urbanas dos municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano e Betim a RMBH passa a abranger 245,61 Km<sup>2</sup>. Posteriormente, o espaço ocupado abrangeria novas porções de Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, sendo que em 1981 a conurbação atingiria 355,37 Km<sup>2</sup>. A incorporação de Betim, município não fronteiriço com Belo Horizonte, facilitaria a agregação dos municípios de Pedro Leopoldo e Lagoa Santa (Matos, 1988).

Em síntese, esta região complexa e dinâmica era composta, em 1980, além de Belo Horizonte, pelos seguintes municípios: Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano. Em 1989, novos municípios foram incorporados: Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme.

No entanto, este estudo limita-se aos municípios que já faziam parte da RMBH em 1980. A razão para esta escolha é que nossa análise centra-

se na década de 70. Por outro lado, os dados disponíveis no Censo Demográfico de 1991 ainda não estão completos. Isso impossibilita a atualização das estimativas para os antigos e novos municípios. Assim, a idéia é apenas levantar, dentro do possível, algumas questões sobre o provável comportamento demográfico, nos anos 80, dos mesmos municípios integrantes da RMBH em 1980. Finalmente, sendo a metropolização um fenômeno eminentemente urbano, no qual a conurbação é uma de suas primeiras características, acredita-se que a opção pela exclusão dos municípios posteriormente incorporados à RMBH não comprometerá por demais a análise.

Em relação à área central (Belo Horizonte), os municípios da RMBH estão localizados da seguinte forma:

- Norte: Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Vespasiano;
- Oeste: Betim, Contagem, e Ibirité;
- Leste: Sabará;
- Sentido Nordeste-Sudoeste: faixa contígua composta pelos municípios de Caeté, Nova Lima, Raposos e Rio Acima (alinhamento da Serra do Curral).

## 1.2 Objetivos e estrutura da dissertação

Faz parte dos objetivos a serem alcançados, além da análise da distribuição espacial da população na metrópole, explorar a riqueza de informações do Censo Demográfico de 1980, que não foi devidamente utilizado no que se refere aos aspectos migratórios. É importante salientar, ainda,

que a análise não se prenderá à clássica divisão da RMBH entre núcleo (município de Belo Horizonte) e periferia (demais municípios), mas será desagregada ao nível municipal, numa tentativa de delimitar e compreender melhor as especificidades do fenômeno migratório intra-metropolitano.

Tendo em vista estes propósitos, faz-se necessário uma referência teórica para a interpretação da distribuição espacial da população metropolitana. O capítulo seguinte trata das questões substantivas referentes a esse tema, sugerindo uma abordagem integrada entre a demografia e a geografia urbana.

No Capítulo 3 as técnicas de mensuração da migração são analisadas. Para a averiguação do papel das migrações sobre o crescimento da população metropolitana na década de 70, utiliza-se uma técnica indireta relativamente conhecida dos demógrafos, as "Razões Intercensitárias de Sobrevivência" (RIS), ajustadas ao nível de mortalidade da região em estudo. Para a análise da mobilidade intra-metropolitana dispõe-se de valiosos quesitos do Censo de 1980 diretamente relacionados às migrações internas. Avalia-se, também, as possibilidades de comparação das duas técnicas, a fim de otimizar os resultados.

Como a distribuição populacional faz parte de um amplo contexto histórico, inserido no processo de desenvolvimento nacional, não é aconselhável começar a análise a partir da década de 70 sem abordar o comportamento migratório do passado, mesmo que não muito remoto. Associada à interpretação de parte dos resultados empíricos, este retrospecto fornecerá uma idéia da evolução do fenômeno migratório na RMBH. Esta tarefa está sintetizada no Capítulo 4.

Após a visualização do comportamento da migração em cada município da metrópole mineira, parte-se, no Capítulo 5, para uma análise dos fluxos migratórios intra-metropolitanos, procurando focalizar, empiricamente, a abordagem interdisciplinar proposta no Capítulo 2.

Finalmente, apresenta-se no Capítulo 6 as conclusões possibilitadas pela tentativa de integração entre o marco teórico e a análise empírica. Estas considerações finais são acompanhadas de um comentário crítico em relação às limitações e possibilidades futuras de investigação.



## 2 UMA DISCUSSÃO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Neste capítulo procura-se construir um marco teórico para o estudo da distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para alcançar tal objetivo, faz-se um retrospecto de duas abordagens distintas, porém com nítidas interfaces. No caso do crescimento populacional, discutem-se, naturalmente, as abordagens características da Demografia, onde a migração assume um papel de destaque, na medida em que é a variável chave para se compreender a distribuição de uma população no espaço. Nesse caso, a intenção é inserir o fenômeno migratório em um contexto geral de mudanças.

Mas também é importante considerar como a migração se manifesta espacialmente dentro da RMBH, ou mesmo dentro de um município. Aqui, as abordagens próprias da Geografia Urbana certamente têm algo a dizer. Na verdade, pretende-se demonstrar como a distribuição populacional é uma questão complexa, que não se delimita em uma unidade espacial com fronteiras rígidas e inflexíveis, mas ao contrário, é um fenômeno de várias escalas e múltiplas faces. É para compreendê-lo de uma maneira mais dinâmica, que se recorre a uma abordagem interdisciplinar.

A análise empreendida neste capítulo não pretende ser exaustiva nem abranger todo o amplo espectro de complexidade próprio de uma abordagem multifacetada da migração. Parte-se de duas perspectivas distintas, para em seguida buscar uma síntese que as integre e demonstre suas compatibilidades

analíticas, de maneira a possibilitar uma visão mais dinâmica da distribuição espacial da população.

## 2.1 A migração enquanto "fenômeno demográfico"

Desde o século passado, o fenômeno migratório desperta a atenção dos pesquisadores, como comprova o estudo de 1885 realizado por Ravenstein (1980), no qual o autor analisa as "leis" das migrações. Tendo como universo de investigação o Reino Unido, a partir dos dados censitários de 1881, Ravenstein explicava os fluxos de pessoas como o resultado tanto de uma procura por trabalho, principalmente nas grandes cidades, quanto do poder de atração exercido pelas facilidades educacionais, o clima, etc.

A importância deste estudo transcende ao pioneirismo com que o autor tratou o tema migratório. Em suas análises, os fluxos populacionais deixam de serem vistos como aleatórios, e passa-se a considerá-los como fenômenos sujeitos a certas leis. O referido autor classifica os migrantes em "migrantes locais", isto é, aqueles que se deslocam dentro da mesma cidade ou paróquia de nascimento; "migrantes de curta distância", que por sinal constituíam o grosso dos movimentos populacionais; "migrantes temporários" ou "população flutuante"; e migrantes que se deslocavam por etapas à procura de emprego.

Ravenstein observou também que havia áreas de "absorção" de migrantes, cuja população residente era superior à população natural (resultante apenas do crescimento vegetativo), bem como áreas de

"dispersão", nas quais a população residente era inferior à população natural.

A análise do autor não se restringe apenas à classificação das migrações, mas avança no sentido de se tentar determinar as leis ou regras da migração. Segundo ele,

"se aludirmos um tanto pretensiosamente às 'leis da migração', estaremos apenas tratando do modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do País é suprida por outras partes onde a população é abundante" (Ravenstein, 1980, p.64).

Seguindo esta orientação geral, o autor estabelece sete leis migratórias, que são sintetizadas a seguir:

- o migrante se desloca a curta distância em direção aos grandes centros comerciais e industriais;
- uma cidade que cresce rapidamente absorve as pessoas residentes ao seu redor, e os vazios deixados pela população rural são preenchidos por pessoas provenientes de localidades mais remotas;
- o processo de dispersão se dá em sentido contrário, mas semelhante ao de absorção;
- "uma corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória";
- os deslocamentos de longas distâncias têm como destino os grandes centros comerciais ou industriais;
- a população urbana migra menos que a rural;
- os homens migram menos que as mulheres.

Nota-se uma grande preocupação do autor com a distância dos fluxos e com a migração rural-urbana à procura de emprego, principalmente em direção aos grandes centros urbanos. Assim, os fluxos de origem rural com destino urbano passam a estar na gênese dos estudos da migração. No contexto

retratado por Ravenstein, a procura por emprego nas grandes cidades demonstra a preponderância dos aspectos econômicos num ambiente histórico de crescente industrialização.

Esta breve explanação do estudo de Ravenstein é necessária porque, por muito tempo, os trabalhos posteriores não foram, em essência, muito diferentes e poucas vezes foram mais analíticos do que descritivos.

Em 1965, por exemplo, referindo-se à obra de Ravenstein, Lee (1980) salienta que ainda não havia, no presente século, incursão teórica comparável sobre a migração. Lee até admite que "... surgiu grande quantidade de demógrafos interessados, mas, em grande medida, contentam-se com resultados empíricos e mostram-se poucos dispostos a generalizar sobre o tema". Faltariam estudos enfatizando os motivos da migração e a assimilação dos migrantes no lugar de destino. No intuito de superar esta lacuna, Lee procura

"... desenvolver um esquema geral dentro do qual seja possível situar uma série de movimentos espaciais e, a partir de um número reduzido do que parece ser proposições incontestáveis, deduzir uma certa quantidade de conclusões com respeito ao volume das migrações, ao desenvolvimento das correntes e contracorrentes migratórias e às características dos migrantes" (p.99).

Em seu esquema, Lee advoga que o processo migratório envolve "fatores associados ao local de origem", "fatores associados ao local de destino", "obstáculos intervenientes" e "fatores pessoais", embora generalize bastante em relação a quais seriam estes fatores.

Se os fatores objetivos são difíceis de se estabelecer, é ainda mais complicado quando se consideram os fatores pessoais. Para Lee, "a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas

pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional". Em seu trabalho, o autor também estabelece alguns determinantes do volume das migrações - diversificação das áreas do território, flutuações e estágios de desenvolvimento da economia, etc. -, bem como as características dos fluxos e refluxos, além de enfatizar o caráter seletivo das migrações.

Estes trabalhos, principalmente o de Ravenstein (já que Lee apenas o complementa e enriquece) têm como virtude o fato de sistematizar e chamar atenção para a existência de forças atuantes sobre o processo migratório. Lee afirma que o seu esquema "é uma conceptualização simples e que talvez seja possível aceitar sem controvérsias". A aceitação de seu esquema não é tão consensual, pelo menos no que se refere à racionalidade (ou não) de migrar e à unidade de análise (o indivíduo). Afinal, quem migra são os indivíduos ou os grupos sociais? Boa parte da produção científica dos anos 70 procurará responder a estas questões.

Nessa década, houve considerável avanço em relação à teorização do fenômeno migratório. Atesta esta afirmação o desenvolvimento dos enfoques neoclássico e histórico-estrutural, que, no entanto, não são convergentes ou reconciliáveis. Dois importantes representantes destas abordagens são, respectivamente, Todaro e Paul Singer. Apesar das notáveis divergências entre estas abordagens, não se pode dizer que elas vejam a migração como fenômeno eventualmente irracional.

Na abordagem de Todaro (1980), realizada em 1969, a migração de uma área rural para uma urbana é vista como função do diferencial rural-urbano de renda real e da probabilidade de obtenção de um emprego urbano.

Em artigo de 1970, Harris e Todaro (1980) não se limitam à "formulação de uma teoria positiva de desemprego urbano em nações em desenvolvimento", como no trabalho anterior, mas se preocupam "com considerações mais amplas de política econômica". Neste estudo ficam evidentes três dos aspectos que normalmente direcionam o enfoque neoclássico, a saber: o ato de migrar é racional, a unidade de análise é o indivíduo e os modelos são de equilíbrio. Um dos objetivos dos autores era mostrar que numa situação de alto salário, politicamente determinado:

"a persistência de um fluxo migratório rural-urbano continuado representa, a despeito da existência de substancial desemprego urbano aberto, uma escolha economicamente racional por parte do migrante individual" (p.180. Grifos nossos).

Foi dito que os enfoques neoclássico e histórico-estrutural são praticamente irreconciliáveis. Isto porque se o primeiro insere a questão migratória em um modelo de equilíbrio, no qual o indivíduo toma racionalmente sua decisão pelo movimento, o segundo insere a migração num contexto mais global, onde a classe, ou o grupo social é quem migra. Neste caso, a migração é vista como um fenômeno social.

Um dos estudiosos mais representativos da abordagem histórico-estrutural é Paul Singer. O referido autor advoga que encontrar "os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo" (Singer, 1978).

Singer entende a migração como parte de um processo de urbanização globalizador, pois:

"... a problemática urbana só pode ser analisada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural,

que afeta tanto a cidade como campo, e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos" (p.28).

Singer também não deixa de discorrer sobre a racionalidade da migração. Seu argumento difere do neoclássico, entre outros aspectos, não porque a migração seja considerada irracional, mas porque haveria irracionalidade nas decisões locacionais da empresa capitalista, que por seu lado funciona como indutora dos movimentos campo-cidade. Desta forma, a decisão sobre a localização das empresas recai, freqüentemente, em áreas grandemente urbanizadas. A irracionalidade estaria no fato de esta concentração nos grandes centros urbanos só servir para aumentar ainda mais as desigualdades regionais.

A abordagem histórico-estrutural, ao contrário da neoclássica, enfatiza uma dimensão macroeconômica, na qual os movimentos migratórios estariam inseridos. Portanto, uma racionalidade microeconômica pode deixar de sê-lo sob um ponto de vista macro. Assim,

"Tudo leva a crer que a urbanização assume características próprias no capitalismo, na medida em que este cinde as perspectivas micro e macroeconômicas, fazendo com que as decisões locacionais sejam tomadas em função da primeira" (Singer, 1978, p.37).

Num contexto macroeconômico de notáveis desigualdades regionais - "motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas" - Singer explica o fenômeno migratório segundo "fatores de expulsão" nas áreas de origem e "fatores de atração" nas áreas de destino.

Os primeiros, por sua vez, são divididos em "fatores de mudança" e "fatores de estagnação". Os fatores de mudança expulsam população

(agricultores não proprietários) devido à natureza poupadora de mão-de-obra em áreas onde novas relações de produção capitalistas objetivam o aumento da produtividade do trabalho. Por outro lado, os fatores de estagnação ocorrem em locais de pressão populacional sobre uma base insuficiente de terras, quer seja por limitação física ou por monopolização das mesmas pelos grandes proprietários. Este último conceito foi criticado por Salim (1992), no que se refere à insuficiência de terras. Segundo o autor, Singer incorre em um determinismo naturalista, pois, "afinal, a 'estagnação' também tem a sua lógica econômica, onde mecanismos específicos de exclusão social se fazem presentes" (Salim, 1992, p.58).

Quanto à atração, o principal fator seria a demanda por força de trabalho, não só do setor industrial, mas também as resultantes da expansão dos setores de serviços, empresas públicas ou indivíduos autônomos.

Para Singer, está claro que o migrante nem sempre se insere imediatamente na economia urbana. Por isso, muitas vezes a migração é vista como uma das maiores responsáveis pela marginalidade presente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, fato este que leva até a proposições sobre a necessidade de se diminuir o ritmo de desenvolvimento em determinado local. Quanto a isto, ele mesmo adverte que:

"... a solução da problemática não parece estar numa limitação do ritmo de desenvolvimento (aqui entendido como resultante do avanço tecnológico) com o fito de reduzir a intensidade das migrações internas, mas antes numa aceleração daquele ritmo, ainda que isto acarrete fluxos migratórios ainda maiores" (p.49).

Em suma, a rápida exposição destas importantes perspectivas voltadas para a temática migratória tiveram por objetivo apenas situar



alguns pontos relevantes para a nossa discussão. Obviamente, tanto a abordagem neoclássica quanto a histórico-estrutural são sujeitas a críticas. Algumas delas serão expostas abaixo.

#### 2.1.1 As limitações dos enfoques neoclássico e histórico-estrutural

Em países como o Brasil, de dimensões continentais e marcantes desigualdades regionais, é praticamente impossível compreender as migrações internas sem analisar as transformações sócio-econômicas que o país experimenta em cada um de seus períodos históricos. Wood (1982) sintetiza bem as limitações da abordagem neoclássica como arcabouço explicativo para as migrações em países não desenvolvidos. Segundo a autor, ao invés de equilibrar as disparidades regionais, o êxodo rural maciço e a explosão urbana são expressão e reforço dessas disparidades. Além disso, "a noção que as forças de livre mercado encontrariam uma distribuição ótima da população e outros recursos tem profundas implicações políticas". Portes (1978)<sup>1</sup>, citado por Wood (1982), adverte que esse *laissez faire* demográfico apenas reforça o *status quo*, na medida em que se utiliza dos migrantes como mão-de-obra barata, explorada de acordo com os interesses da classe dominante, tanto no centro quanto na periferia. Acrescente-se a estas críticas o caráter a-histórico da abordagem neoclássica, que procura explicar a

---

<sup>1</sup>PORTES, A. International labor migration and national development. Paper prepared for Immigration and Refugee Workshop, 1981. Wingspread, Wisconsin.

migração em termos de diferenciais de salários, onde prevalece o modo capitalista de produção, mas é inapropriada para analisar os fluxos populacionais em países onde coexistem modos capitalistas e não capitalistas de produção, nos quais os migrantes rurais muitas vezes não possuem nenhuma alternativa real que não seja migrar.

Estas limitações são parcialmente superadas pela abordagem histórico-estrutural, o que não a isenta de suas próprias limitações. Para Wood (1982):

"Uma vez tendo especificado as forças macroestruturais que determinam os desequilíbrios espaciais nos salários, emprego e amenidades<sup>2</sup>, a perspectiva histórico-estrutural presta pouca atenção nos fatores que motivam os atores individuais" (p.306).

Tais fatores, se colocados em termos de custos e benefícios implícitos nos condicionantes dos fluxos migratórios, incluem, de acordo com Salim (1992, p.41), os sistemas urbanos, as organizações corporativas, as redes sociais, a disponibilidade de terras e as políticas tópicas.

Entretanto, isso não impede que o enfoque histórico-estrutural seja adotado para compreender as migrações num processo global de mudanças. Por exemplo, no caso específico da RMBH, a grande maioria dos migrantes são provenientes do próprio Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, o fluxo populacional do "resto do Estado" rumo à metrópole mineira assemelha-se com o que ocorre no país: êxodo rural ou de pequenas cidades alimentando o crescimento dos grandes centros urbanos.

---

<sup>2</sup> "amenities", no original

Sobre a absorção da mão-de-obra migrante, Brito, Merrick (1974) escreveram um trabalho particularmente pertinente para esta dissertação, por tratar justamente da RMBH. De início, os autores esclarecem que considerar a absorção de mão-de-obra não manufatureira um indício de uma migração rural-urbana excessiva seria não fazer "justiça à contribuição positiva que esta inserção desempenha no processo de crescimento econômico". Uma importante constatação é que "os migrantes conseguem, com o tempo, alcançar um perfil de atividades bastante semelhante ao dos não migrantes". De acordo com mais de um critério para definir "setor tradicional", os autores afirmam:

"... que o setor tradicional realmente existe na economia da área metropolitana e desempenhou um papel na absorção do trabalho migrante. Contudo, não constituiu, de maneira exclusiva, o processo de absorção da migração, visto que a população nativa também participou deste processo" (p.97).

Estas conclusões são importantes, pois ajudam a desmistificar uma visão ideológica que enxerga nos migrantes os culpados pelos distúrbios sociais dos grandes centros urbanos, devido à insuficiência de empregos, que por sua vez seriam os causadores de uma crescente marginalidade urbana. Esta não será a perspectiva aqui adotada. Ao contrário, o enfoque desta dissertação deverá, entre outras coisas, enfatizar como as desigualdades estruturais funcionam como motor que gera os fluxos populacionais, tomando como referência a experiência metropolitana belo-horizontina.

As limitações do enfoque histórico-estrutural apontam para uma necessidade de complementá-lo, a fim de possibilitar uma análise mais dinâmica e consistente com funções heterogêneas e fatores diversos de

atração e repulsão populacional, como é o caso da RMBH. Afinal, uma das vantagens da perspectiva histórico-estrutural é acenar

"... com a possibilidade de interdisciplinaridade de enfoque no estudo da migração, envolvendo aspectos econômicos, sociológicos, demográficos, etc" (Salim, 1992, p.41).

Tendo em vista esta possibilidade interdisciplinar, os aspectos demográficos serão privilegiados, mas também será dada uma ênfase especial à geografia urbana belo-horizontina. Quanto aos primeiros aspectos, Oliveira, Stern (1980) alertam que deve-se dedicar mais atenção ao próprio crescimento vegetativo urbano das metrópoles e às migrações urbanas-urbanas, pois:

"É provável que, na maioria delas [as metrópoles], o componente principal seja o próprio crescimento vegetativo, seguido pela migração proveniente de outras cidades, e só em terceiro lugar, pela migração proveniente do campo" (p.263).

Estes componentes, como será esclarecido no capítulo metodológico, poderão ser verificados empiricamente, com a vantagem adicional de se desagregar os crescimentos vegetativo e migratório por município, o que certamente demonstrará com mais detalhe toda a complexidade de um sistema urbano como o da RMBH.

Este acompanhamento detalhado dos fluxos migratórios poderá fornecer subsídios para uma compreensão mais fecunda dos mecanismos intervenientes relacionados com a distribuição espacial da população metropolitana.

Dada as dificuldades de uma aplicação rígida do enfoque histórico-estrutural no caso específico de uma região metropolitana - onde interagem

não apenas os fluxos inerentes a um contexto macroestrutural, mas também os movimentos originados de problemas específicos de um grande centro urbano (falta de moradias, alta densidade populacional, etc.) -, acredita-se que uma outra abordagem baseada em aspectos analíticos econômicos, geográficos e urbanísticos pode ajudar no esclarecimento da distribuição espacial da população.

## 2.2 A migração enquanto "fenômeno urbanístico"

Assim como Ravenstein observou que as migrações não são um fenômeno aleatório, os primeiros trabalhos sobre a geografia das cidades também perceberam que a rede urbana não se organiza desordenadamente. É nesta direção que se desenvolveu o trabalho pioneiro de Christaller (1966). Por isso, sua teoria será tratada aqui, ainda que em linhas gerais, pois muitos dos estudos de economia e geografia urbanas posteriores são um desenvolvimento de suas formulações, ou então críticas à sua obra e àquelas que a complementaram.

Em 1935, o trabalho de Christaller, no qual o autor apresenta a Teoria do Lugar Central, torna-se do conhecimento de pesquisadores interessados na problemática urbana.

Para Christaller, a função primordial de uma cidade seria atuar como o centro de uma região, que por sua vez depende do seu centro sob vários aspectos. No lugar central, a densidade populacional e das atividades econômicas são maiores do que na sua região complementar, na qual as

atividades são mais dispersas. Como um lugar central pode ter vários tamanhos, o autor estabeleceu uma hierarquia, podendo existir, desta forma, lugares centrais de primeira ordem, segunda ordem, e assim por diante.

Como salienta Ablas (1982), a definição da importância de um lugar central na obra de Christaller não é facilmente compreensível, já que:

"... a importância não é valor numérico, a soma de pessoas ou, o que é um pouco melhor, a soma da população ponderada, o que significa que a cada pessoa é dado um valor de acordo com a importância de sua atividade econômica" (p.25).

Portanto, é possível que a importância de uma cidade não seja proporcional ao tamanho de sua população. O que definiria a centralidade (ou importância) seria um conjunto de "funções centrais", associadas aos bens e serviços que o centro urbano oferece. Para Christaller, as funções urbanas englobariam o comércio voltado para o centro, os serviços bancários e outros menores, a administração pública, além da oferta de serviços culturais e espirituais, etc.

Quanto à área complementar ao lugar central, não bastaria considerar apenas sua extensão, mas também a densidade populacional, bem como a distância em relação ao centro<sup>3</sup>. Por isso, a distância - medida em tempo de transporte e não quilômetro - assume um papel relevante na determinação do tamanho da região e seu lugar central. Quanto melhores forem as condições de tráfego e de transporte, a distância econômica será menor, ampliando, assim, a área servida pelo lugar central e o seu desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Nota-se uma similaridade desta abordagem com os primeiros trabalhos demográficos como o de Ravenstein: a distância era um ator fundamental para explicar os fluxos populacionais.

Sendo a distância fundamental, a ordem dos bens centrais será tanto mais elevada quanto maior for o raio de atendimento do mercado a partir do lugar central. Desta forma, a distribuição populacional influenciará a concentração em dado núcleo, aí aumentando o número de bens oferecidos e diminuindo os preços. A estrutura desta população, em termos de idade, sexo ou lugar de residência incidirá na ordem do bem central, na medida em que determina a parcela que será gasta neste ou naquele bem. Para Christaller, a ordem dos bens varia, no curto prazo, com as flutuações nos preços e da migração populacional.

No entanto, o problema principal enfocado por Christaller é a formulação de leis, que irão atuar na evolução de um sistema de lugares centrais. Este problema se traduz na necessidade de se estabelecer as fronteiras entre as cidades, assim como a hierarquia dos vários centros em questão.

O pressuposto básico da teoria dos lugares centrais é a existência de uma planície homogênea, onde não haveria nenhum obstáculo para os transportes e, portanto, o seu custo variaria apenas com a distância, sendo homogêneo em todas as direções. As distorções seriam conseqüentes dos aspectos relacionados à geografia da região.

No que diz respeito às fronteiras entre as cidades, centros urbanos de ordem semelhante seriam separados por uma mesma distância mínima, estabelecida pela concorrência, na planície idealizada por Christaller.

Por outro lado, a hierarquia dos lugares centrais está intimamente ligada à abrangência da área atingida pela oferta de um determinado bem, isto é, da área de influência ou de mercado, na qual situa-se o lugar

central. A superposição destas áreas caracteriza um sistema de lugares centrais, onde aquele de ordem superior domina os diversos outros de ordem inferior.

Na verdade, a demonstração desta teoria é bem mais complexa quantitativamente, além de ter sido incluído que apesar da área de mercado ser o principal fator de hierarquização, o tráfego, ou seja, a distância, também influencia a hierarquia. Além disso, autores como Lösch (1954) e Berry (1967), entre outros citados por Ablas (1982), desenvolveram teorias locacionais, aperfeiçoando a teoria dos lugares centrais, e dando aos arcabouços analíticos maior operacionalidade, até porque os pressupostos básicos de Christaller, como uma planície homogênea em termos físicos e econômicos, dificilmente se aplicariam à realidade.

#### 2.2.1 As limitações da abordagem convencional

Esta breve descrição da teoria dos lugares centrais teve a intenção de situar suas proposições básicas porque, como dito, muitas das abordagens posteriores retiraram dela os seus alicerces. Este é o caso de parte da produção científica da economia e da geografia.

As origens dos estudos característicos destas duas ciências praticamente se confundem. Juntamente com o enfoque da ecologia urbana - expressa num primeiro momento nos trabalhos de Comte e Spencer (este último inspirado na teoria da evolução de Darwin) e, posteriormente, na "Escola de



Chicago" -, formam o que Gottdiener (1993) denomina de "teoria convencional".

Em um esclarecedor trabalho de síntese, Gottdiener demonstra como a abordagem convencional apenas descreve a distribuição populacional tomando como referência a abordagem neoclássica da localização. Por ignorar a natureza social do valor da terra, "a teoria convencional é uma teoria do equilíbrio que admite a ausência de circunstâncias exteriores"<sup>4</sup>.

Desta forma, ela possui uma visão sistêmica que advoga que a diferenciação funcional e a integração se ajustam em um todo social no sistema urbano. Desconsidera, portanto, os desequilíbrios da estrutura interna das cidades, tão comuns em países não desenvolvidos como o Brasil.

De acordo com Gottdiener (1993), a análise convencional é ultrapassada porque só faria sentido se existisse apenas o centro da cidade como ponto de concentração de oportunidades de emprego e de negócios. Além disso, ela aceita que a produção do espaço se dá mais pela interação de vários indivíduos do que de grupos sociais.

Ainda que os analistas convencionais tenham ampliado o argumento da localização através da incorporação de modelos de vários centros,

"... de um lado, a análise da localização em modelos policêntricos não possui mais o tipo de credibilidade inusual para as suas explicações de que gozava antes a teoria monocêntrica. Uma vez reconhecida a existência de muitos pontos de aglomeração, qualquer uma das várias razões pode determinar as decisões sobre a localização.

---

<sup>4</sup> Aqui, nota-se uma grande semelhança com a abordagem eclássica da migração. Ambas fazem parte de uma mesma vertente eórica, alheia aos fatores externos, na qual os fenômenos em questão - a migração e a rede urbana - atuam como forças de equilíbrio.

De outro, a presença de núcleos múltiplos sugere a diferenciação funcional cada vez mais complexa do espaço urbano *dentro* das regiões metropolitanas" (Gottdiener, 1993, p.53).

Segundo as ponderações de Gottdiener, existem ainda duas outras críticas que podem ser atribuídas à análise convencional. A primeira diz respeito ao seu determinismo tecnológico implícito e a segunda, mais importante, às limitações teóricas da perspectiva por sistemas de cidades.

O determinismo tecnológico observa-se no argumento de que as facilidades de transporte (presente não só em Christaller, mas também em Ravenstein e vários outros trabalhos, tanto geográficos quanto demográficos) e, posteriormente, o desenvolvimento dos meios de comunicação, são os agentes primordiais da mudança social. Na realidade, as mudanças tecnológicas são parte de um processo social muito mais amplo, que modificam as relações espaciais nas sociedades modernas<sup>5</sup>.

Quanto à perspectiva por sistemas de cidades, o próprio Gottdiener admite que ela teve a virtude não só de possibilitar uma descrição interdisciplinar da estrutura do espaço contemporâneo, como também certos fluxos de recursos em rede foram explicados através de eixos verticais - "partindo de encadeamentos entre lugares individuais para encadeamentos nacionais e mesmo globais de atividades urbanas".

O problema é que o enfoque por sistemas de cidades considera a classificação descritiva a essência dos estudos urbanos. Desconsidera a organização funcional do sistema econômico como um produto social de poder

---

<sup>5</sup> Observe-se a compatibilidade deste argumento com o enfoque histórico-estrutural.

institucional concentrado. Assim, ignoram-se as desigualdades do desenvolvimento sócio-econômico, além das características mais dinâmicas do espaço urbano contemporâneo, tais como "seu alcance maciço, disperso e quase ilimitado" (Gottdiener, 1993).

Aqui cabe considerar a proposição histórico-estrutural de ver nas migrações internas um fenômeno social, intermediadas e integrantes de um amplo processo de desenvolvimento, no qual as instituições assumem um papel de destaque.

O enfoque histórico-estrutural deve ser complementado ou adaptado quando a unidade espacial de análise for, especificamente, uma região metropolitana. Ele servirá como "linha mestra" para a análise, na medida em que tem muito a dizer sobre o caráter social das migrações e, conseqüentemente, da distribuição espacial da população. Por outro lado, quando se evoca a necessidade de se analisar o espaço urbano como uma produção social, sem dúvida as migrações são um aspecto fundamental deste fenômeno. Nesse sentido, estes dois tipos de abordagens não são excludentes, pois enfatizam o grupo social e não o indivíduo como unidade analítica. Também encaram a distribuição espacial como resultado de complexas desigualdades sociais, e não como um mecanismo de equilíbrio.

É necessário, então, um melhor delineamento das perspectivas teóricas referentes ao uso do solo urbano, tendo em vista uma preocupação em correlacionar o crescimento populacional (crescimento vegetativo somado ao saldo migratório) com os espaços de assentamento na metrópole.

### 2.2.2 A teoria do uso do solo como alternativa às abordagens convencionais

Parte expressiva da produção científica sobre as teorias de uso do solo urbano surgiram como uma reação às abordagens convencionais da geografia, economia e ecologia urbanas. Foi num contexto de insatisfação quanto a estas abordagens que se desenvolveu a análise marxista sobre a forma espacial da cidade, da qual David Harvey é um dos grandes expoentes.

A análise de Harvey (1980) focaliza a distribuição de riqueza no meio urbano. Tomando como referência a experiência americana, Harvey analisa os motivos pelos quais as áreas centrais de grande parte das cidades dos EUA tornaram-se o local de residência de famílias de baixa renda, enquanto o subúrbio ficou reservado para as classes mais abastadas. Segundo o autor, a mudança da localização de empregos - segundo a sua categoria - e das moradias - de acordo com o seu tipo -, associadas aos ajustamentos das facilidades de transporte, evidencia a ocorrência da redistribuição de riquezas.

Países subdesenvolvidos, no entanto, possuem características peculiares. Santos (1981) afirma que a especulação imobiliária desloca o *habitat* popular para a periferia ou para terrenos de menor valor, facilitando o processo de favelização. Nesse sentido, o Estado joga um importante papel sobre o desenvolvimento do tecido urbano através das intermediações de uma administração pública poderosa sobre a organização interna das cidades.

O planejamento habitacional, como agente fundamental da estrutura urbana, muitas vezes favorece a segregação, dada a impossibilidade de amplos setores sociais pagar o preço dos aluguéis e dos terrenos, tornando-se as favelas uma das poucas opções para

"... grandes levas de imigrantes, aos quais nenhuma autoridade se encarrega de assegurar o menor serviço público ou de regulamentar a construção (...) Nestes locais miseráveis existe um quase excesso de população (...) A densidade de população nas favelas da América Latina é freqüentemente superior a cinco pessoas por peça" (p.192).

Santos (1981) informa que a extensão periférica dos grandes centros urbanos é encontrada tanto nas cidades operárias construídas obedecendo a um plano urbanístico, como em áreas de favelas, onde os seus moradores geralmente se ocupam de pequenos expedientes no centro da cidade.

Harvey (1980) toca no mesmo ponto ao sugerir que com a industrialização e chegada do mercado de troca em todos os setores e áreas, reduziu-se muito o antagonismo entre campo e cidade, mas outros emergiram no próprio processo de urbanização. Este é o caso dos países do Terceiro Mundo, onde se verifica

"... o abandono de áreas rurais por grande número de pessoas que formam um instável 'lupem operariado' (como Fanon os chama), geralmente em residências faveladas nas margens das grandes cidades. A pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano" (p.226).

Não é tarefa simples correlacionar o crescimento populacional de uma região com a forma espacial da cidade, mas a consideração do uso do solo urbano pode lançar alguma luz sobre esta questão e, conseqüentemente, sobre as condições sociais na área metropolitana.

Para este intento é bastante útil a noção de circuitos de circulação de mais-valia conceituado por Lefebvre, que tanto Harvey quanto Gottdiener exploram: o primeiro discordando de sua ênfase, e o segundo adaptando-a.

Referindo-se a Lefebvre, Harvey resume os conceitos de primeiro circuito e segundo circuito. O primeiro diz respeito à atividade industrial, "e envolve a simples conversão das matérias e forças que existem naturalmente em objetos e poderes de utilidade humana". Quanto ao segundo circuito, ele envolve tanto a criação quanto a extração de mais-valia através da especulação sobre direitos de propriedade. O ponto principal para nossa discussão é a argumentação de Lefebvre (1970)<sup>6</sup>, citado por Harvey (1980):

"Visto que a proporção de mais-valia global formada e realizada na indústria declina, a proporção realizada em especulação, em construção e pelo desenvolvimento do Estado, cresce. O circuito secundário chega a suplantar o circuito principal" (269).

Harvey discorda. Para o autor, "os dois circuitos são fundamentais entre si, mas o que se baseia no capitalismo industrial ainda domina".

Gottdiener (1993) pensa diferente, pois:

"É exatamente a atuação de frações específicas de classe no circuito secundário, o papel do Estado em todos os níveis na ajuda à atividade do setor imobiliário e as conseqüências contraditórias dessas intervenções que explicam a forma espacial" (p.110).

O autor supracitado salienta que a teoria de Lefebvre não é exatamente um guia de análise espacial, mas uma ênfase que pode delinear um

---

<sup>6</sup> LEFEBVRE, August H. La révolution urbaine. Paris: GALLIMARD, 1970.

método analítico sintético. Esta proposta é mais flexível que a de Harvey, porque não interpreta apenas economicamente as mudanças sócio-espaciais, mas considera também os fatores políticos e culturais. Assim:

"A perspectiva proposta entende a organização sócio-espacial não como uma estrutura conceitual ultrapassada das formas espaciais baseadas na cidade, mas como uma consequência direta das relações entre processos econômicos, políticos e culturais, na medida em que se vinculam à geografia regional das áreas metropolitanas" (p.196).

Neste ponto da discussão, cabem algumas considerações. Obviamente, não se pretende, ao se estudar a distribuição espacial da população na RMBH, analisar todos os processos econômicos, políticos e culturais que envolvem este fenômeno. Assim como Gottdiener tomou a abordagem de Lefebvre como uma ênfase, tomar-se-á a própria abordagem do primeiro como tal, uma vez que ela não é incompatível com o método que será utilizado. Uma das razões para esta visão mais integrada da distribuição da população no espaço é que a ecologia convencional não concentra-se nos processos históricos produtores dos padrões de distribuição demográfica da sociedade e da transferência geográfica de valor dentro do desenvolvimento desigual. A consequência disso recai em uma atitude de "vista grossa" por parte dos interesses públicos e privados organizados em função do setor da propriedade e da produção industrial. (Gottdiener, 1993).

Enfim, esta seção procurou resumir e demonstrar a complexidade do fenômeno urbano, tendo como base as questões principais que tanto preocupam sociólogos, geógrafos, economistas e planejadores em geral, envolvidos com a temática da cidade. É necessário, então, fazer um esforço de síntese para

correlacionar estes aspectos com aqueles levantados pelos trabalhos dos demógrafos interessados na migração.

### 2.3 A necessidade de uma síntese

Após a explanação das abordagens relacionadas com a distribuição espacial da população, quer seja enfatizando a migração, quer seja enfocando a rede urbana, deve-se chamar a atenção para algumas similaridades entre disciplinas não tão díspares quanto podem parecer à primeira vista.

Tanto os estudos pioneiros de Ravenstein, quanto os de Christaller tiveram o mérito de perceber que os fenômenos por eles estudados não ocorriam aleatoriamente no espaço. Ambos estariam sujeitos a certas "leis", condizentes com o contexto positivista, então vigente. Seguiu-se, posteriormente, um período de exaustivos estudos descritivos, que não avançavam no sentido de se procurar um marco teórico mais poderoso, do ponto de vista analítico. Esta lacuna foi preenchida, em parte, pela abordagem neoclássica e pelas críticas que a ela surgiram, muitas vezes de perfil marxista.

A abordagem neoclássica da migração guarda nítidas semelhanças com o que Gottdiener chamou de abordagem convencional dos sistemas de cidades. Grosso modo, ambas enfatizam o indivíduo como unidade de análise, aceitam as forças que atuam na sociedade como mecanismos de equilíbrio e, conseqüentemente, negligenciam a natureza dos fenômenos como expressão de complexos conflitos sociais.



Em países não desenvolvidos fica muito difícil analisar a distribuição da população no espaço sem considerar a atuação dos desequilíbrios estruturais sobre a sociedade. Nesse ponto, as abordagens histórico-estrutural e aquelas que vêem a produção do espaço urbano como um fenômeno essencialmente social são, de certa forma, convergentes.

A abordagem demográfica, desde os seus primórdios, não deixa de considerar o importante papel desempenhado pelas migrações no que tange ao crescimento populacional das grandes cidades. Mas ela poucas vezes tenta relacionar este crescimento com a distribuição intra-metropolitana da população. Esta característica é mais comum nos trabalhos de geografia urbana. Entretanto, esta última tão pouco analisa com mais cuidado a influência fundamental do crescimento populacional na estrutura espacial urbana. É neste momento que as duas abordagens devem se complementar. Afinal, ambas estão interessadas em explicar os mecanismos que configuram espacialmente os grupos sociais de uma dada realidade.

Acredita-se que a abordagem interdisciplinar ajudará a obter uma visão mais integrada da distribuição espacial da população na RMBH. Uma análise segmentada (crescimento populacional de um lado, e geografia da população intra-metropolitana, de outro) corre o risco de escamotear a íntima inter-relação entre fenômenos de uma mesma natureza.

Portanto, nossa preocupação será empreender uma análise do crescimento populacional e a correspondente reestruturação do espaço metropolitano mineiro na década de 70, utilizando-se de uma abordagem que leve em conta os aspectos aqui discutidos. O próximo capítulo tenta responder ao problema de como fazê-lo.

### **3 CONCEITOS, FONTE DE DADOS E METODOLOGIA**

A preocupação do capítulo anterior foi tentar desenvolver algumas bases teóricas que orientassem a análise do crescimento e da distribuição populacional no espaço metropolitano de Belo Horizonte. Concluiu-se que estes são fenômenos complexos, necessitando, desta forma, de uma abordagem abrangente.

A fim de tentar levar a cabo, empiricamente, as propostas feitas no plano teórico, tentar-se-á cotejar tanto as taxas líquidas de migração quanto os fluxos migratórios intra-metropolitanos na década de 70, com a organização do espaço urbano na RMBH. O objetivo desse capítulo é discutir as questões concernentes aos conceitos, fontes de dados e metodologia de estimação das informações sobre migração, que serão analisadas mais detidamente nos Capítulos 4 e 5.

Calcula-se, através de mensuração direta, o número de imigrantes da década e sua origem, e por técnica indireta estimam-se os saldos líquidos migratórios por município, além da contribuição desta migração para o crescimento da população, através das taxas líquidas migratórias.

As próximas seções enfatizarão o conceito de migrante que será adotado, a fonte de dados, bem como a metodologia empregada para ajudar a elucidar a análise da distribuição espacial da população da RMBH na década de 70.

#### **3.1 O Conceito de migrante**

O conceito de migração varia bastante segundo o pesquisador e as características dos dados existentes e disponíveis. Segundo a definição em *THE DETERMINANTS ...* (1973), excluem-se dela os movimentos cujos indivíduos não se estabelecem permanentemente no local de destino. Refere-se, portanto, às mudanças permanentes de residência. Geralmente, os movimentos sazonais, temporários e os de populações nômades não são considerados migração.

Nos Censos Demográficos do Brasil de 1960 e 1970 as questões foram direcionadas apenas aos que não haviam nascido no Município de residência na data do Censo, ou seja, apenas aos não-naturais dos municípios. Os quesitos referiam-se ao tempo de residência, sem interrupção, na Unidade da Federação (UF) e no município, lugar de procedência (UF ou país estrangeiro) e situação do domicílio (urbano ou rural).

No Censo de 1980 houve avanços importantes. A investigação não se limitou aos não-naturais, e além das migrações intermunicipais, inquiriu-se também sobre as intramunicipais. Um dos avanços mais importantes refere-se à indicação do nome do município de residência anterior por parte daqueles com menos de 10 anos de residência no município atual.

Com isso, torna-se possível a agregação de municípios para a análise da migração interna na década de 70, excluindo-se aqueles imigrantes que, morando há menos de 10 anos no município atual tenham residido em um município da região agregada. (Carvalho, 1982).

Este aspecto é fundamental para a presente dissertação, pois a RMBH será estudada tanto de forma agregada quanto desagregada por município. A intenção é propiciar uma visão de conjunto, sem perder as especificidades locais, tal como enfatizado no Capítulo 2.

Para a utilização das técnicas adotadas, deve-se estar atento às sutilezas do conceito de migrante, definindo-o com a máxima precisão possível. Os procedimentos de análise também precisam ser explicitados tendo em vista os objetivos a serem alcançados.

Como a definição de migrante depende do trabalho a ser desenvolvido, os conceitos explicitados abaixo levam em consideração as características das técnicas utilizadas.

Nas estimativas da migração através de técnica indireta, o conceito de migrante depende apenas dos locais de residência nas duas datas limites do período de análise. Considerando-se dois censos consecutivos, no caso os Censos Demográficos de 1970 e 1980, o imigrante com mais de 10 anos de idade em 1980 será aquela pessoa enumerada na região em estudo, no Censo de 1980, mas que ali não se encontrava no Censo de 1970. Por sua vez, o emigrante com mais de 10 anos em 1980 será o indivíduo que foi enumerado na região em questão no Censo de 1970, mas não no Censo de 1980.

Quanto à população com menos de 10 anos de idade em 1980, o imigrante será a criança que entrou na região em questão durante o período intercensitário e não reemigrou. O emigrante será a pessoa com menos de 10 anos de idade em 1980, que saiu e não retornou para a região analisada. Este é o chamado efeito direto da migração, em relação aos nascidos durante o período intercensitário. Há também o efeito indireto, que refere-se aos filhos de imigrantes que nasceram na região em análise no período considerado e não saíram dela, bem como aos filhos de emigrantes que nasceram no lugar de destino e não retornaram à região estudada. Tanto em relação aos efeitos diretos, quanto indiretos, os indivíduos em análise são

aqueles que sobreviveram até o final do intervalo - no presente caso, em 1980 (Carvalho, 1982).

Deve-se ressaltar que a mensuração indireta da migração resulta, normalmente, em estimativas de estoque e não de fluxo, pois referem-se à diferença entre o volume dos que entraram e dos que saíram da região em questão, descontados os que morreram ou reemigraram.

Assim, um saldo positivo significa que entraram mais migrantes do que saíram, ocorrendo o inverso quando o saldo é negativo. O saldo nulo não significa, necessariamente, ausência de fluxos migratórios. Pode ocorrer que os volumes de imigrantes e emigrantes sejam iguais, resultando em saldo nulo, inclusive sendo possível a alternância de saldos positivos e negativos nos diversos grupos etários, mas com saldo nulo para a população total. Neste caso, haveria efeitos sobre a distribuição etária da população. Ainda há uma outra situação teoricamente possível. Os saldos podem ser nulos para a população total acima de 10 anos, mas positivos ou negativos para a população abaixo de 10 anos de idade, devido aos efeitos diretos e indiretos. Isto evidenciaria a presença de fluxos migratórios em faixas etárias acima de 10 anos (Carvalho, 1982). Estas observações servem como um alerta para a necessidade de muita atenção quando da utilização da metodologia aqui adotada.

Quanto ao conceito de taxa líquida de migração, esta será, "a proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório", quando a taxa for positiva, e "a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração", se negativa (Carvalho, 1982).

Estas estimativas fornecerão subsídios importantes para a compreensão do papel das migrações no crescimento populacional da RMBH.

A informação direta sobre migrantes intermunicipais a ser usada neste trabalho refere-se àqueles que durante a década de 70 residiam em outro município que aquele onde recenseados em 1980, independentemente do local de residência na data do Censo de 1970. Como se apreende, são dois conceitos diferentes de migrante: o implícito nos saldos migratórios obtidos por técnica indireta e o correspondente a imigrantes, obtido por mensuração direta. Tal discussão será retomada mais adiante.

### 3.2 Fonte de dados

As informações publicadas do Censo de 1980 e que permitem a mensuração direta e indireta da migração referem-se apenas às Unidades da Federação e não ao nível desagregado de municípios, como pretende este estudo.

Fez-se necessário recorrer à fita magnética da Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980. Os dados referem-se ao número de mulheres em idade reprodutiva, por grupo etário, de cada município da RMBH, assim como informações sobre os seus filhos (filhos tidos nascidos vivos, nascidos no ano anterior ao Censo e filhos sobreviventes), o que permite estimar funções de fecundidade e mortalidade. Além destes, também foram retirados dados sobre a população por sexo e idade de cada município em 1980. Quanto aos

questos diretamente ligados à migração, uma análise é feita posteriormente, na descrição metodológica.

A população de cada município, por sexo e idade (grupos quinquênis), em 1970, foi retirada da publicação do Censo Demográfico de 1970. Neste, os grupos etários acima de 40 anos não são quinquênis, mas decenais. Utilizou-se a técnica de Sprague para desagregar o grupo de 40-49 anos (são necessários 4 grupos etários adjacentes) e a de Karup-King para o grupo de 50-59 anos (necessita de 2 grupos adjacentes)<sup>1</sup>. Para a desagregação da faixa etária de 60-69 anos adotou-se a mesma distribuição interna de 1980.

Alguns comentários acerca dos dados são necessários. Uma avaliação preliminar indica que alguns municípios apresentam problemas, principalmente na informação sobre filhos sobreviventes. Em Caeté, Raposos, Rio Acima e Lagoa Santa houve notória sobredeclaração de filhos sobreviventes em determinados grupos etários maternos. Não pode ser esquecido que trata-se de uma amostra e, portanto, quanto menor a base populacional, maiores os problemas potenciais de representatividade.

A consequência desta subenumeração de filhos mortos seria subestimar a mortalidade, aumentando artificialmente o crescimento vegetativo e, conseqüentemente, subestimando os saldos migratórios.

A solução encontrada para amenizar este efeito foi agrupar municípios adotando como critério a proximidade geográfica e algumas características comuns. Assim, criou-se um conjunto formado por uma faixa

---

<sup>1</sup> A descrição dessas técnicas pode ser encontrada em SHRYOCK, IEGEL (1976, p.554-555).

contígua composta pelos municípios de Caeté, Raposos e Rio Acima e Nova Lima. Este último, de maior população entre os quatro (41.217 habitantes em 1980) aparentemente não apresentou problemas amostrais. Como Lagoa Santa não é limítrofe a estes municípios e possui características particulares que o difere de seus vizinhos, optou-se por utilizar as probabilidades de sobrevivência da média da RMBH agregada.

### 3.3 Metodologia

Como foi frisado no capítulo anterior, procurou-se construir um marco teórico para a análise das diferentes escalas da distribuição espacial da população na RMBH. Nele, fica evidente que uma contextualização histórica (um dos temas do próximo capítulo) da evolução da área metropolitana é fundamental para a compreensão do fenômeno migratório e das formas de assentamento desta população no espaço urbano.

O objetivo central deste retrospecto histórico é fornecer as bases para interpretação dos movimentos e da distribuição da população no espaço metropolitano. Para isso, faz-se necessário retratar as conseqüências da atuação do poder público sobre o uso do solo. Contudo, não faz parte dos propósitos do presente trabalho analisar exaustivamente este aspecto, mas sim apontar caminhos que possibilitem a compreensão do fenômeno migratório.

Uma vez feita esta abordagem, busca-se então uma análise empírica mais sistemática, a fim de se estimar o volume dos fluxos populacionais da RMBH como um todo e de cada município em particular, seus diferenciais por



sexo e idade, além da direção dos fluxos. A intenção é questionar como o desenvolvimento da região se expressa demograficamente, ou seja, através do crescimento populacional. Descrever em linhas gerais e posteriormente avaliar os métodos para o alcance de tais objetivos é o tema dos próximos tópicos deste capítulo.

### 3.3.1 Mensuração indireta - saldos migratórios e taxas líquidas de migração

No caso da mensuração indireta, a migração é estimada por resíduo, ou seja, é a diferença, no segundo Censo, entre a população esperada e a efetivamente observada, supondo-se ausência de erros na declaração de idade, perfeita cobertura censitária e uso de funções de mortalidade e fecundidade adequadas (Carvalho, 1982).

Para as idades acima de 10 anos no Censo de 1980, a diferença entre a população observada e a população esperada é explicada pelos efeitos diretos da migração. Nos grupos etários abaixo de 10 anos esta diferença é explicada pelos efeitos diretos e indiretos (naturais filhos de imigrantes e não-naturais filhos de emigrantes) da migração.

Deve-se lembrar que a população esperada é, supostamente, fechada e será dada por:

$$\overline{{}_n P_x} = {}_n P_{x-n}^0 * {}_n S_{x-n} (x \geq n \text{ no ano } n)$$

isto é, a população esperada com idade  $x, x+m$ , no ano  $n$ , é igual a população observada no ano  $0$ , com idade  $x-n, x+m-n$  multiplicada pela probabilidade de sobrevivência entre os grupos etários  $x-n, x+m-n$  e  $x, x+m$ .

O saldo migratório (SM) será:

$${}^nSM_x = {}^n\overline{P}_x^n - \overline{{}^n P_x^n}$$

que é igual a subtração da população observada no Censo de 1980, do grupo etário  $x, x+m$  pela população esperada no Censo de 1980, do grupo etário  $x, x+m$ .

As taxas líquidas de migração serão calculadas da seguinte forma:

$${}^nTLM_x = \frac{{}^nSM_x}{{}^n\overline{P}_x^n} \quad (x \geq n \text{ no Censo de 1980})$$

ou seja, é a relação entre o saldo migratório e a população observada no Censo de 1980.

Para o cálculo da população esperada de 10 anos ou mais utilizar-se-á o método das Razões Intercensitárias de Sobrevivência (RIS) do país, ajustadas ao nível de mortalidade da região. Este é mais indicado no caso da área estudada ser menor do que uma UF (Carvalho, 1982).

O método das RIS só pode ser aplicado quando as razões de sobrevivência forem de uma população fechada - caso contrário estariam presentes não só os efeitos do crescimento vegetativo, mas também o da migração, o que se deseja estimar -, como pode ser considerada a população

brasileira na década de 80. Uma razão intercensitária de sobrevivência é a relação entre a população de um dado grupo etário de um censo e a população da mesma coorte do censo precedente.

Em relação à população com menos de 10 anos - ou nascida no período intercensitário - a população esperada corresponde às crianças que nasceriam durante o intervalo intercensitário na população fechada e sobreviveria ao final do período. Na diferença entre as populações observada e esperada estarão incluídos os filhos dos migrantes que nasceram neste período e não participaram do processo migratório - que corresponde ao efeito indireto da migração. Estes nascimentos dependerão do nível de fecundidade e mortalidade, além do número de mulheres em idade reprodutiva no período intercensitário.

### 3.3.2 Mensuração direta

Os saldos e taxas líquidas estimados indiretamente, além de não discriminar os dois componentes básicos, imigração e emigração, não permitem o conhecimento da origem dos imigrantes, o que é fundamental para a compreensão da distribuição espacial da população na RMBH. Mas esta informação pode ser obtida através do quesito censitário sobre o nome do município de última residência dos imigrantes que moravam há menos de 10 anos no município em que se encontravam em 1980. Poder-se-á separar os migrantes provenientes de fora da RMBH dos procedentes de municípios da própria região metropolitana.

Para se ter o quadro completo dos emigrantes da RMBH ter-se-ia que procurá-los nos registros censitários dos mais de 4.000 municípios brasileiros existentes em 1980, o que operacionalmente seria complexo, caro e de resultado não compensador.

Sabe-se que a maioria da emigração se dá dentro da própria região metropolitana. Para os fluxos internos da RMBH, esta matriz pode ser facilmente construída, pois são apenas 14 municípios (matriz 14 x 14, de origem-destino). Assim, obtém-se informações dos locais que atraem e expulsam a população dentro da própria metrópole.

#### 3.4 Avaliação metodológica

Trabalhando com os dados censitários de 1980 referentes aos municípios da RMBH tem-se o quadro completo dos imigrantes intermunicipais da década que sobreviveram à reemigração e à mortalidade, segundo os municípios de residência anterior. Parte dos imigrantes correspondem à migração intra-metropolitana, pois a origem refere-se a um outro município da RMBH.

Em termos de comparação com os imigrantes implícitos no saldo migratório da década, estimado através das RIS, há apenas uma diferença, que normalmente não será significativa. As pessoas que residiam no município no primeiro censo, emigraram durante a década e retornaram antes do seu término estarão incluídas entre os imigrantes estimados por mensuração direta, e não estarão contidas no saldo migratório estimado através das RIS.

Quanto aos emigrantes, a informação direta se referirá àqueles cuja residência anterior se deu no município em análise, independentemente do local de moradia na data do primeiro censo. Vê-se claramente que, no caso da emigração, as divergências entre os emigrantes calculados por mensuração direta e aqueles implícitos no saldo migratório produzido através das RIS poderão ser bem maiores do que no caso da imigração.

O município que exerça papel importante como etapa intermediária no processo migratório tenderá a apresentar uma emigração, se calculada por mensuração direta, maior do que aquela implícita na estimativa de saldo migratório. O inverso acontecerá naqueles municípios que não tenham tal papel.

Uma maneira de se obter o número aproximado de emigrantes implícitos no saldo migratório da década é subtrair do total acumulado de imigrantes metropolitanos (exclui-se do total de imigrantes os procedentes de municípios da própria metrópole), entre 0 e 10 anos de residência, calculados por mensuração direta, o saldo migratório estimado por técnica indireta.

Do que foi dito acima apreende-se que:

$$I_{70,80} = I_{i.d}$$

ou seja, o número de imigrantes que não estavam na região em 1970 e estavam presentes em 1980, implícitos no saldo migratório da estimativa indireta, é aproximadamente igual ao número de imigrantes da informação direta.

Mas:

$$E_{70,80} * E_{i.d}$$

isto é, o número de emigrantes da década de 70 implícito no saldo migratório da estimativa indireta não é comparável àquele estimado através de informação direta.

Como:

$$SM_{RIS} = I_{70,80} - E_{70,80}$$

onde:

$SM_{RIS}$  = saldo migratório da RMBH calculado por estimativa indireta;

$I_{70,80}$  = imigrantes procedentes de fora da RMBH, ausentes em 1970 e presentes em 1980, implícitos no saldo;

$E_{70,80}$  = emigrantes com destino fora da RMBH, presentes em 1970 e ausentes em 1980, implícitos no saldo.

Substituindo-se os imigrantes implícitos na equação do saldo migratório temos que:

$$E_{70,80} = I_{i.d} - SM_{RIS}$$

Este é um resultado relevante para os estudos de migração interna, pois a comparação entre as técnicas direta e indireta permite separar os componentes implícitos no saldo migratório - imigração e emigração. Além disso, este procedimento não é apenas mais simples e menos oneroso do que a construção de uma matriz com todos os municípios do país, mas também mais próximo da realidade, quando se quer analisar o impacto dos fluxos migratórios sobre o crescimento populacional entre o início e final do período - no presente caso a década de 70. Nesse caso, não há o efeito daquela emigração que, dentro do período analisado, funciona apenas como uma etapa intermediária até o local de destino definitivo, um fato bastante comum em se tratando de uma região metropolitana.

As questões aqui consideradas apontam para a necessidade de cuidado na utilização das técnicas, mas abrem grandes possibilidades de investigação. Juntas, a mensuração indireta e a direta formam um poderoso instrumento analítico que ajuda na análise de importantes fenômenos da sociedade metropolitana: o crescimento, a distribuição e a mobilidade populacionais.

#### **4 Características Sócio-econômicas, Dinâmica Demográfica e Migrações Internas na RMBH**

Este capítulo é composto de três partes. A primeira delas procura contextualizar historicamente as migrações internas e suas relações com o processo de urbanização e industrialização no Brasil. Também serão abordadas as bases para a implantação das regiões metropolitanas, bem como os aspectos mais relevantes para a posterior análise demográfica da RMBH. Na segunda parte, procurar-se-á fazer um retrospecto da industrialização de Minas Gerais e Belo Horizonte, evidenciando as conseqüências demográficas do desenvolvimento econômico mineiro, o surgimento da RMBH e o crescimento populacional aí ocorrido na década de 60-70.

Posteriormente, faz-se um esforço no sentido de analisar o crescimento populacional e a distribuição espacial ocorridos na RMBH durante a década de 70. Além da divisão tradicional - núcleo e periferia - a abordagem será também desagregada ao nível municipal, sendo os saldos migratórios apresentados segundo sexo e idade. As estratégias metodológicas adotadas para estimação dos saldos migratórios foram descritas no Capítulo 3 e os resultados serão comparados, tanto quanto possível, com as análises empreendidas para a década de 60.



#### 4.1 As migrações e o processo de urbanização/ industrialização no Brasil

Em sociedades capitalistas, a aceleração da urbanização, sobre a qual as migrações desempenham um papel fundamental, relaciona-se diretamente com o processo de industrialização. De modo geral, a atividade industrial adquire maior destaque quando a escassez de produtos, reflexo de crise econômica no exterior, impulsiona a substituição de importações. Para isso, é necessário a existência de um mercado urbano suficientemente amplo.

Na América Latina, a urbanização ocorreu em diferentes períodos e intensidade e a economia urbana tem sido função do tamanho do território e da população. Não é por acaso que os maiores mercados urbanos situavam-se, no período entre as duas Grandes Guerras, na Argentina, Brasil e México (Singer, 1978).

A industrialização demarca, de fato, uma efetiva divisão de trabalho entre campo e cidade, amplamente favorável à segunda. Contribuem para este quadro, o baixo poder aquisitivo da população rural, profundas raízes históricas - que impedem uma maior participação do mercado representado pela população do meio rural e das cidades menores -, assim como a migração, rural-urbana, de atividades mais desenvolvidas, em detrimento das atividades primárias.

"A esta migração de atividades se segue (embora nem sempre no mesmo ritmo) a migração da mão-de-obra que leva, finalmente, ao esvaziamento demográfico do campo, criando assim as condições para um desenvolvimento igualmente revolucionário das forças produtivas na agricultura" (p.112).

Numa etapa posterior convivem, lado a lado, tanto fatores de estagnação quanto de mudanças, que expulsam a população rural para as áreas de atração, representadas pela fronteira agrícola ou pelos grandes centros urbanos.

No caso brasileiro, as mudanças econômicas, políticas e sociais que culminaram com o processo de substituição de importações - que marcou o início de um ritmo mais intenso de urbanização no país -, tem suas origens no período que se estende entre a abolição da escravatura em 1888 e a Revolução de 1930, durante o qual a formação de mão-de-obra industrial foi propiciada mais pela imigração européia do que pela imigração nacional. Contudo, o processo de urbanização ainda era bastante tênue e localizado nos centros de mercado regional, isto é, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

A partir de 1930 é que as transformações ganham maior vulto. A política de industrialização passa a ser mais incisiva com o novo governo de Getúlio Vargas, substituto da antiga oligarquia cafeeira. Nessa época, criou-se

"... uma legislação do trabalho aplicável unicamente às áreas urbanas (na verdade, apenas às cidades maiores) que proporcionou aos assalariados urbanos um padrão de vida substancialmente mais alto que o das massas rurais. Surge desta maneira um sistema de incentivos que atrai uma parcela crescente dos trabalhadores rurais às cidades" (Singer, 1978, p.122).

O processo de substituição de importações continuou e atingiu as indústrias de bens de consumo duráveis (a indústria automobilística experimentou grande impulso no governo Juscelino Kubistchek), bens de capital e bens intermediários, como a siderurgia.

A aceleração da urbanização coincidiu com a intensificação do processo de industrialização. Deve-se ressaltar, no entanto, que dentro do contexto latino-americano, no período de 1940 a 1970, a concentração populacional em grandes cidades é relativamente mais dispersa no Brasil, pois houve aumento significativo no crescimento das pequenas e médias cidades (Balán, 1980). No caso brasileiro, o crescimento relativo da classe de cidades com mais de 2.000 habitantes foi mais intenso do que quando se considera apenas as cidades de 20.000 ou mais residentes, mesmo nos Estados de São Paulo e Rio, os mais urbanizados.

"Chega-se, assim, à conclusão de que o crescimento das cidades menores desempenhou papel instrumental sobre o crescimento da urbanização geral do Brasil entre 1940 e 1960, papel este que se consubstanciou como bastante uniforme em todos os Estados, conquanto tenha sido particularmente notável no caso dos Estados nordestinos de mais baixa renda" (Graham, Holanda Filho, 1980, p.745).

Analisando o período 1950-68, Mata (1980) sugere que houve indícios de uma relação entre migração campo-cidade e desenvolvimento sócio-econômico. Nesse período houve, por exemplo, uma diminuição das diferenças entre as rendas "per capita" urbana e rural, no Brasil. Isto não teria significado um aumento na renda rural, mas sim uma grande transferência de trabalhadores agrícolas para as atividades urbanas. Este seria, portanto, um reflexo das migrações rurais-urbanas.

As constatações de Graham, Holanda Filho (1980) coincidem com aquelas de Mata de que não seria correto concluir por uma concentração nas grandes cidades na década de 50, pois

"... só podemos concluir em definitivo que existe um contínuo processo de urbanização, mas, dele participam os

centros pequenos e médios ao lado dos grandes, sendo de ressaltar que considerável parcela dos fluxos migratórios é retida pelos primeiros" (p.826).

O padrão de urbanização sofreu mudanças na década de 60, quando passa a ser mais acelerada e os centros urbanos menores crescem num ritmo mais lento. Nessa época, as cidades de porte médio foram as que mais se expandiram. Contudo, o crescimento urbano não foi homogêneo, ocorrendo notáveis disparidades entre as regiões, tal como ocorria com a economia regional.

Ao contrário de períodos anteriores, a década de 60 foi marcada por uma acentuada intensificação de fluxos migratórios urbanos-urbanos, impulsionados pela concentração de investimentos em áreas urbanas específicas, notadamente no eixo São Paulo-Rio. No entanto, é preciso também considerar que o Censo de 1970, fonte básica das informações sobre migração rural-urbana nos anos 60, registra apenas a última etapa migratória. Com isso, parte da migração rural-urbana não é, de fato, considerada, uma vez que as migrações por etapa, do tipo rural-urbano-urbano, não são apreendidas "*in toto*" (apenas o último fluxo, urbano-urbano, é enumerado). Acrescente-se também a influência da definição excessivamente ampla de "urbano".

De qualquer forma, é de se ressaltar a importância dos movimentos entre cidades, que dependem, naturalmente, da diversificação da rede urbana e da existência de centros nacionais ou regionais polarizadores. Assim, quando se consideram os fluxos inter-regionais urbanos-urbanos, fica evidente o forte poder de atração de São Paulo e Rio como centros nacionais. Minas Gerais, a despeito da importância regional de sua rede de cidades, não

apresenta poder nacional de atração. Aliás, é como absorvedora de população do próprio Estado que a RMBH deve ser entendida, como se verá adiante.

Mas dizer que as cidades médias tiveram o mais acelerado ritmo de crescimento não significa afirmar que os grandes centros urbanos não contivessem a maior proporção de habitantes. Em 1970, segundo estimativas de Mata (1980), 26,2% do total da população urbana do país concentravam-se em cidades com menos de 20 mil habitantes; 17,1% nas cidades entre 20 e 100 mil; 28,4% nas cidades de 100 a 2 milhões de habitantes; e 28,2% nas cidades com mais de 2 milhões<sup>8</sup>.

Assim, num contexto de concentração econômica nos grandes centros urbanos, acompanhada de amplo crescimento populacional, instituem-se as Regiões Metropolitanas, previstas na Constituição de 1967 e regulamentadas pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.

Segundo Cintra (1972) a Constituição Federal de 1967 diz o seguinte:

"A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum".

Este texto, conceitualmente vago, não deixa de expressar a dificuldade em se estabelecer critérios para a definição de áreas espaciais tão heterogêneas, como as Regiões Metropolitanas brasileiras. Para se ter uma idéia, em 1970, as duas maiores metrópoles brasileiras - São Paulo e Rio de Janeiro - continham mais de 15 milhões de habitantes e concentravam quase

---

<sup>8</sup> As Áreas Metropolitanas, com seus vários municípios, eram contadas como apenas um centro urbano.

a metade (49%) da mão-de-obra industrial do país. Por outro lado, as Regiões Metropolitanas restantes totalizavam 5 milhões de habitantes e 3% da mão-de-obra industrial.

Seguramente, cada Região Metropolitana é reflexo das características sócio-econômicas do país e das áreas das quais fazem parte. Por exemplo, a região metropolitana do Rio de Janeiro abrigava, em 1970, quase 80% da população total do Estado e 87% dos migrantes, enquanto na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), pertencente a um Estado de economia muito mais diversificada, estas percentagens eram de 46% e 50%, respectivamente. Por sua vez, a RMBH continha apenas 14% da população total do Estado e concentrava 30% dos imigrantes intra-estaduais da década.

Outro aspecto característico da heterogeneidade das regiões metropolitanas revela-se quando da desagregação em núcleo (a capital) e periferia (os outros municípios). As regiões metropolitanas de Fortaleza, Curitiba e Belém tiveram taxas de crescimento da população do núcleo maiores do que da periferia, no período 1960/70. O contrário verificou-se nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Somente em Belo Horizonte as taxas de 6,1% no núcleo e 6,2% na periferia foram semelhantes.

Em linhas gerais, as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro foram os grandes centros de atração no período. A primeira foi responsável por 40% dos fluxos migratórios com destino metropolitano; a segunda por 30% e os outros 30% restantes foram distribuídos entre as demais regiões metropolitanas (MUDANÇA..., 1978).

"No total, as três Regiões Metropolitanas regionais (excetuando as nacionais - Rio e São Paulo) mais importantes - Belo Horizonte, Recife, e Porto Alegre - possuem 20% de todos os não naturais de destino metropolitano" (p.76).

Estas colocações ajudam a situar o caso específico da RMBH frente às outras metrópoles nacionais. Belo Horizonte caracteriza-se por ser um centro urbano de atração regional, abrangendo uma extensa área - o Estado de Minas -, mas não tão grande como as áreas de influência do Rio e São Paulo. Em compensação, foi a região metropolitana que mais cresceu até 1970. A RMBH, ao lado da RMSP, foi a única região metropolitana em que a taxa de crescimento populacional foi superior à da população urbana do Brasil (MUDANÇA..., 1978).

As próximas seções tentarão esboçar as condições em que se deu a evolução da RMBH, tendo em vista os aspectos econômicos e a atuação do Estado, assim como as suas conseqüências sobre a distribuição da população no espaço. A intenção é fornecer informações relevantes para a análise dos saldos migratórios e da migração intra-metropolitana.

#### 4.2 A industrialização de Minas e os impactos sobre a população da RMBH

Minas Gerais guarda nítidas interfaces com as diversas etapas de desenvolvimento brasileiro, tanto no que se refere aos aspectos econômicos, quanto demográficos. Na escala estadual, a industrialização toma impulso a

partir do processo de substituição de importações, enquanto as áreas rurais sofrem o mais intenso êxodo populacional do país.

A economia mineira cresceu no período entre guerras, quando amplos esforços tentam criar uma indústria siderúrgica. De modo semelhante ao país, até antes da I Guerra Mundial a demanda por minérios era satisfeita pelo mercado externo, onde a fabricação se dava em condições muito mais favoráveis. Também deve-se considerar que o processo de substituição de importações no Brasil começou com a indústria de bens de consumo, e quando esta se consolidou é que se tornou possível a substituição de importações de bens de produção (Singer, 1977).

Com a I Guerra Mundial e a impossibilidade de importações, a siderurgia brasileira passa a ser responsável, até o fim da década de 20, por quase a metade do abastecimento interno. A metalurgia, então, se desenvolveu em localidades onde existiam jazidas de minério, ou seja, na área central de Minas Gerais, predominantemente. Nos anos 20 é criada a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira em Sabará e os altos fornos da Usina Esperança, em Sabará, Rio Acima, Caeté e Barão de Cocais.

Nova oportunidade para a siderurgia nacional ocorre com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Com ela diminuiu a receita de exportação e também houve forte queda nas importações, uma vez que a moeda foi desvalorizada. A partir de 1930, a produção de ferro e aço nacionais ultrapassou o volume importado, chegando a superar em quatro vezes o volume da produção estrangeira em 1939. O Estado mais beneficiado foi Minas Gerais, sob a liderança da Belgo-Mineira, com a formação da Companhia Vale do Rio




Doce e outras empresas do ramo, como a Companhia Ferro Brasileiro S.A. em Caeté, além da ampliação das já existentes (Singer, 1977).

Para se ter uma idéia da integração do mercado e da divisão do trabalho no país, o exemplo da indústria mineral é esclarecedor. Primeiro Minas transforma o minério de ferro em gusa e envia para o Rio de Janeiro, onde se transforma o ferro gusa em aço e laminados. Posteriormente, os produtos finais são transformados em São Paulo.

Assim, mesmo que a indústria siderúrgica em municípios vizinhos de Belo Horizonte tenha expandido a demanda por outros produtos industriais, tais como as indústrias alimentícias, de fiação e de tecelagem, vestuário, olarias, cerâmicas e madeireiras, a não transformação do minério de ferro desfavorece o valor adicionado pela indústria siderúrgica, quando comparado com outros Estados.

A II Guerra Mundial inaugurou uma nova fase de expansão da indústria mineira, tal como havia ocorrido no período entre-guerras. Contudo,

 "Na década dos 40, embora a produção siderúrgica continue a crescer, é a expansão agropecuária que estimula o crescimento industrial, particularmente em ramos como da madeira, do couro, de fiação e tecelagem, etc." (Singer, 1977, p.252).

Estes dois últimos foram os líderes do crescimento industrial no período 1940/47. Mesmo assim, é Belo Horizonte quem assume a hegemonia industrial do Estado, devido ao "fato de que uma boa parte de zonas integrantes do seu *hinterland* participaram da expansão agropecuária que se verificava neste período".

Na verdade, Belo Horizonte funcionou como ponto de difusão industrial: em direção oeste prevaleceu a indústria têxtil, até Paraopeba e Curvelo; leste foi dominado pela siderurgia, atingindo Sabará, Caeté, Barão de Cocais e Rio Piracicaba; enquanto o sul foi caracterizado pela indústria têxtil, mineração e siderurgia, passando por Nova Lima, Itabirito, Congonhas e Lafaiete.

Com o fim da II Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico de Minas, principalmente a industrialização, sofreu um revés. Comparativamente a São Paulo e Rio, seu mercado interno não era tão desenvolvido, e grandes regiões como o Sul, Alto Paranaíba e Triângulo estavam mais integradas a São Paulo, enquanto a Mata e Campo das Vertentes ligavam-se ao Rio. Em 1950 estas regiões continham 52% da população do Estado (Singer, 1977).

Além disso, dois outros fatores contribuíram para o enfraquecimento industrial mineiro: a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 - uma fortíssima concorrente para a siderurgia mineira - e a crise estrutural da indústria têxtil no período pós-guerra. As conseqüências foram que Minas não acompanhou o ritmo industrial nacional e o número de empregos na indústria, que era 9,5% do total brasileiro em 1940, passou para 8,7% em 1950.

A RMBH não ficou à margem desta situação. Paralelamente, os planejadores e políticos de Minas, cientes da necessidade de uma revigoração da industrialização do Estado, criaram a cidade industrial Juventino Dias no município de Contagem, através do decreto-lei estadual nº 778 de 19 de

junho de 1941<sup>9</sup>, cujos êxitos só começaram a ser colhidos em meados da década posterior, após a solução dos sérios problemas energéticos, através da criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), em 1952. Após 1955, outras grandes indústrias foram implantadas, destacando-se a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (USIMINAS), que devolveu a hegemonia siderúrgica ao Estado. Desta forma, a atividade industrial se tornou mais diversificada e Minas Gerais pôde recuperar o seu defasado ritmo de crescimento industrial do período 1949 a 1955.

A atividade industrial concentrou-se apenas na área central do Estado, ou seja:

"A capital mesma e as suas duas cidades industriais - Contagem e Santa Luzia - representavam já mais de 20% do valor da produção industrial de Minas, em 1962, empregando cerca de 21% do pessoal ocupado na indústria" (Singer, 1977, p.264).

Aumenta ainda mais esta concentração a criação da refinaria de petróleo Gabriel Passos em Betim.

Por ser essencial para a análise da distribuição espacial da RMBH, a seguir comenta-se mais especificamente a concentração econômica aí verificada e os impactos sobre a estrutura urbana, elementos fundamentais para a compreensão da distribuição da população no espaço.

---

<sup>9</sup> Definiu-se também uma segunda cidade industrial a ser implementada em Santa Luzia.

#### 4.2.1 Urbanização, concentração industrial e condições sócio-econômicas na RMBH

A Tabela 4.1 fornece uma visão da intensidade da urbanização que vinha se verificando desde a década de 50 na RMBH. Em 1950, 86,5% da população total da RMBH residia em área urbana e dez anos depois essa proporção já atingia 88,8%, elevando-se para 93,5% em 1970. No período de 1970/80 quase toda a população da RMBH (96,9%) tornou-se urbana. No município de Belo Horizonte a urbanização já era marcante desde 1950, quando 96,9% de sua população residia em área urbana, proporção que se elevou para 99,7% em 1980.

Do ponto de vista econômico, o conturbado momento político que se seguiu ao golpe militar de 1964 instituiu uma fase decisiva para a RMBH. Mais do que nunca, privilegia-se a expansão econômica via industrialização, sem qualquer tipo de preocupação de caráter mais social, como saneamento, saúde, educação e moradia<sup>10</sup>.

Numa época de grandes investimentos estrangeiros no Brasil, o governo mineiro favoreceu a sua entrada mais do que os outros Estados, através do fornecimento da montagem da infra-estrutura industrial necessária. Por exemplo, no caso da FIAT em Betim o governo mineiro "chegou a 'aceitar' a participação como sócio acionário" (Rodrigues, 1980).

O capital estatal também foi uma importante fonte de recursos. A orientação econômica do governo federal era diversificar a atuação das

---

<sup>10</sup> Uma análise mais completa dessa questão pode ser encontrada em Diniz (1981), que traça um vigoroso e pioneiro retrospecto do processo de industrialização em Minas Gerais e na RMBH.

empresas públicas, favorecendo o aproveitamento dos recursos minerais e intensificando o crescimento da indústria de base.

TABELA 4.1

PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES URBANA E RURAL NA POPULAÇÃO TOTAL  
DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E DO  
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - 1960/80

| Ano  | Área | População |           |         |
|------|------|-----------|-----------|---------|
|      |      | Total     | Urbana    | Rural   |
| 1950 | RMBH | 474.683   | 410.874   | 63.809  |
|      | BH   | 352.724   | 340.853   | 11.871  |
| 1960 | RMBH | 888.322   | 789.316   | 99.006  |
|      | BH   | 693.328   | 663.215   | 30.113  |
| 1970 | RMBH | 1.605.306 | 1.501.629 | 103.677 |
|      | BH   | 1.235.030 | 1.228.342 | 6.688   |
| 1980 | RMBH | 2.540.130 | 2.461.081 | 79.049  |
|      | BH   | 1.780.855 | 1.775.082 | 5.773   |

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS, 1988-89. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Superintendência Central de Estatística e Informação, 1990.

Na década de 70, o crescimento e a diversificação da estrutura produtiva aumentam e o produto industrial de Minas Gerais cresce 16,8% ao ano, no período 1970/76. Este processo foi muito mais intenso na RMBH, local onde se encontra o maior mercado consumidor de Minas. "A RMBH concentra cerca de 60 a 70% de todas as atividades industriais mineiras e é também a área de maior densidade demográfica do Estado" (Rodrigues, 1980).

Infelizmente não se pode dizer que a absorção de mão-de-obra tenha ocorrido no mesmo ritmo da expansão industrial. Enquanto o produto industrial cresceu 14,1% na RMBH, o emprego aumentou somente 5,6%, no período 1967/72. Foram os serviços, com grande participação do setor público, que absorveram mais da metade da população ocupada da região metropolitana.

Contudo, a maior parte dos empregados - 29,2% do setor industrial e 76,5% do setor serviços - recebia menos de 1 salário mínimo. O que se verificava na RMBH era altas taxas de desemprego e absorção de mão-de-obra mais intensa nos setores que pagavam menos de 1 salário mínimo.

Para se ter uma idéia da concentração da renda na RMBH, em 1972 os 50% mais pobres detinham 14% da renda e os 5% mais ricos, 36% da renda. Em Belo Horizonte, a renda era ainda mais concentrada: os 50% mais pobres ficavam com apenas 12% da renda (Rodrigues, 1980).

Em última instância, este quadro reflete as precárias condições de vida da população metropolitana, num país em que o acesso aos serviços de saúde, saneamento, educação e habitação<sup>11</sup> é diferenciado segundo a renda.

Rodrigues (1980), citando um levantamento da Secretaria do Trabalho e Cultura Popular<sup>12</sup>, informa que em 1964/65 haviam 79 favelas no

<sup>11</sup> Por considerarmos que a moradia é um fator essencial para a compreensão da distribuição espacial na metrópole, o uso do solo urbano será enfatizado.

<sup>12</sup> SECRETARIA DO TRABALHO E CULTURA POPULAR. Levantamento da população favelada de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Departamento de Habitação Popular, 1966.

município de Belo Horizonte, onde moravam 119.799 pessoas, em 25.076 domicílios. Além disso,

"... a maioria das famílias faveladas de Belo Horizonte residia no município há mais de quatro anos e a maioria residia na favela há menos de quatro anos. Isso significa a existência de uma grande mobilidade da população dentro do próprio município" (p.26).

Esqueça-se por um instante as fronteiras municipais - muitas vezes uma escarpa ou um riacho - e será mais fácil entender a expansão destas precárias moradias rumo aos municípios vizinhos integrantes da RMBH.

O mais grave é que em 1980 a população favelada já contava com aproximadamente 400.000 habitantes - um crescimento de 239,9% no período 1965/80, contra 160% de crescimento da população total. Estes dados são uma evidência dramática da apropriação desigual do espaço urbano.

No entanto, não se deve concluir que a migração seja a responsável pela proliferação da pobreza urbana. A política concentradora de rendas, os baixos salários e o desemprego são os grandes responsáveis pelo crescimento de uma periferia metropolitana destituída de condições de vida minimamente necessárias.

#### 4.3 Migrações em Minas Gerais e na RMBH durante o período 1960-1980

Entre 1940 e 1950, Minas Gerais foi o Estado que mais perdeu população no Brasil (em torno de 602.000 pessoas). Na década de 50, os

saldos migratórios intercensitários foram também negativos (- 578.574 pessoas), embora menores (Graham, s.n.t., citado por Coelho et al, 1982)<sup>13</sup>.

Fatores de mudança - como a modernização no campo em algumas regiões mais dinâmicas -, mas principalmente fatores de estagnação - áreas de subsistência, incapazes de sustentar grandes contingentes populacionais -, ajudam a explicar o êxodo rural mineiro para as áreas de atração como as fronteiras agrícolas ou os pólos industriais do Rio e São Paulo. Outro fator importante é que o tipo de indústria, complementar à paulista, intensiva em capital e concentrada na zona metalúrgica (metalurgia e mineração, principalmente) impede uma absorção mais expressiva de trabalhadores, ainda mais nas áreas mais distantes da metrópole.

Na década de 60 Minas Gerais continuou mantendo a tradição de Estado expulsor de habitantes. Coelho et al (1982) revelaram que Minas teve uma perda líquida de pouco mais de 1.700.000 pessoas. Todas as regiões apresentaram saldo migratório negativo, com exceção da "Região Metalúrgica e Campos das Vertentes", não por acaso onde se encontra a RMBH. Vale lembrar que mesmo na Região Metalúrgica e Campos das Vertentes houve perda significativa de população, mas esta foi compensada pelo saldo positivo da RMBH. Fora esta região, em todas as outras houve um saldo rural negativo bem maior do que o saldo positivo das zonas urbanas. As Regiões do Rio Doce, Sul e Zona da Mata perderam juntas, em torno de 1.500.000 pessoas.

---

<sup>13</sup> GRAHAM, D. H. Internal and foreign migration on the question of labor supply in the early economic growth of Brazil. s.n.t.



Na década de 70, o Estado de Minas teria perdido menos população que na década anterior, isto é, 1.578.206 pessoas, segundo estimativa de Carvalho e Fernandes (1991). Ainda assim a evasão foi significativa. Uma das diferenças é que nos anos 70, além da região Metalúrgica e Campos das Vertentes, o Triângulo Mineiro também experimentou um saldo migratório positivo. Em compensação, a Região do Vale do Rio Doce apresentou saldo negativo até mesmo nas áreas urbanas (Coelho et al, 1982).

Durante as décadas de 60 e 70, a Região Metalúrgica e Campos das Vertentes se destaca como a mais importante em termos de absorção populacional, graças, sobretudo, à RMBH, que será o foco principal de análise na próxima seção.

#### 4.3.1 População e migração na RMBH nos anos 60 e 70.

Em 1950, a população dos 14 municípios que faziam parte da metrópole mineira (em 1980) era de 486.053 habitantes, passando para 888.322, em 1960, que corresponde a um aumento populacional de 83% no período. Na década seguinte, o aumento foi um pouco menor (81%), posto que a população dos municípios que integrariam a RMBH era de 1.605.306 pessoas, em 1970. A taxa geométrica média de crescimento foi alta, isto é, 6,2% entre 1950 e 1970 (Rodrigues, 1980).

△ A contribuição da migração para o crescimento da população metropolitana foi muito expressiva. A migração respondia por 57% do

crescimento populacional da região e o crescimento vegetativo por 43%, entre 1960/70 (Rodrigues, 1980).

TABELA 4.2

POPULAÇÃO E TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAIS  
RMBH E BH - 1950/1970

| Anos | RMBH      | BH        | BH/RMBH<br>(%) | Taxa de cresc. (%) |      |     |
|------|-----------|-----------|----------------|--------------------|------|-----|
|      |           |           |                | Período            | RMBH | BH  |
| 1950 | 486.053   | 352.723   | 72,6           | 50/60              | 6,2  | 7,0 |
| 1960 | 888.322   | 693.328   | 78,0           | 60/70              | 6,1  | 5,9 |
| 1970 | 1.605.306 | 1.235.030 | 76,9           | 50/70              | 6,2  | 6,5 |

FONTE: RODRIGUES, Roberto do N. *Determinantes sócio-econômicos de morbidade e mortalidade numa área de industrialização recente: o caso de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1980. Dissertação (mestrado), CEDEPLAR/FACE/UFMG.

Aproximadamente 85% dos imigrantes da RMBH eram naturais do próprio Estado de Minas e residiam em área urbana antes de migrar para o município de residência em 1970. Cerca de 5% eram naturais do Estado, com origem rural, e os 10% restantes eram naturais de outros Estados.

A altíssima proporção de migrantes de origem urbana mascara a migração por etapas de origem rural. Um dos poucos estudos para averiguar

este tipo de migração foi realizado por Silva (1972)<sup>14</sup>, citado por ECONOMIA ..., 1979). Através de uma pesquisa de campo, a autora revela que:

"27,9% dos imigrantes vieram por estágios para Belo Horizonte e 33% destes moraram em três ou mais cidades antes da Capital, mostrando a predominância das migrações diretas sobre as por etapas. Estes dados mostram também que 40,75% dos imigrantes nasceram em zona rural, mas a percentagem dos que mantiveram a mesma situação de domicílio no segundo e terceiro estágios é pequena, representando 15,6% e 11,3%, respectivamente" (p.96).

Da população residente na RMBH em 1970, 26,2% eram resultantes da migração na década, correspondendo a um saldo migratório de 168.563 homens e 179.751 mulheres, de acordo com as estimativas de Coelho, Merrick (1974). Portanto, do saldo total ocorrido na década de 60 (348.314 pessoas), 51,6% era constituído por mulheres e 48,4% eram homens. A taxa líquida de migração caiu para 21,4% no decênio posterior, equivalente a um saldo de 268.514 homens e 293.625 mulheres. Assim, os saldos aumentaram, mas com queda nas taxas líquidas de migração, o que contribuiu para que a taxa geométrica de crescimento populacional, que foi de 6,2% ao ano no período 1950/70, passasse para 4,7% na década de 70.

Na década de 70 74,9% dos imigrantes de Belo Horizonte tinham como último local de residência um município mineiro (4,3% tinham procedência desconhecida). Para a RMBH, excluída a capital, este percentual foi de 88,5% (4,0% de procedência desconhecida). Na RMBH como um todo, 81,0% eram procedentes de Minas Gerais.

---

<sup>14</sup> Silva, Léa Melo da. Fluxos imigratórios para Belo Horizonte, 1972. Dissertação (Mestrado) - CEDEPLAR/FACE/UFMG.

Estes fluxos são condizentes com um período histórico marcado por evasão populacional de áreas estagnadas - na qual o Estado de Minas, em termos de volume, era o que mais expulsava população no Brasil - para as áreas densamente urbanizadas, como as regiões metropolitanas.

A similaridade das taxas de crescimento no núcleo e na periferia, verificada na década de 60 (6,1% e 6,2%, respectivamente), não se repetiu no período seguinte, pois as taxas foram de 3,7% no núcleo e 7,5% na periferia. Estas taxas indicam um relativo esgotamento da capacidade de absorção de migrantes por parte do município-capital em favor da periferia metropolitana. Mas, ao invés disto estar indicando um enfraquecimento do dinamismo econômico de Belo Horizonte, é razoável supor que esteja espelhando os problemas sociais presentes em qualquer grande centro urbano. Entre estes, destaca-se uma notória escassez de moradias populares, induzida pela falta de espaço físico para a expansão urbana, juntamente com a especulação imobiliária. Por isso, parte expressiva da população migrante não tem outra alternativa a não ser dirigir-se para as áreas periféricas, onde ainda há espaço físico e os terrenos são mais acessíveis<sup>15</sup>.

Quando se desagrega as populações esperada e migrante, por faixa etária, percebe-se com clareza o impacto potencial da migração sobre o crescimento populacional. O Gráfico 4.1 mostra que a participação da migração concentra-se nas idades mais jovens. De um crescimento populacional de 475.662 mil mulheres na RMBH verificado na década de 70,

---

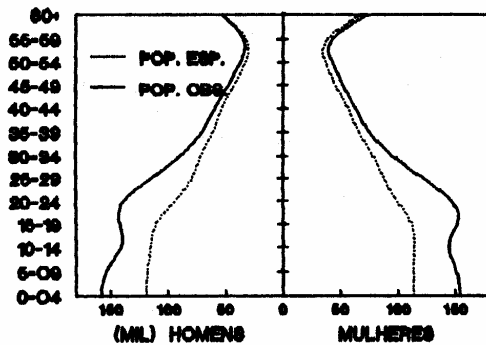
<sup>15</sup> Este tópico será retomado com mais detalhe nas próximas seções deste capítulo, quando se fará uma análise desagregada por município.

59,8% correspondem ao saldo migratório. Entre as mulheres de 10 a 29 anos em 1980, o saldo migratório respondia por 31,8% do crescimento da década. Quanto aos homens, o crescimento populacional entre 1970 e 1980 foi de 461.407 pessoas, sendo que deste, 56,3% são resultado da migração. Na faixa etária de 10 a 29 anos, em 1980, o saldo migratório corresponde a 30,1% do crescimento do período. Portanto, a migração concentra-se nas idades adultas-jovens.

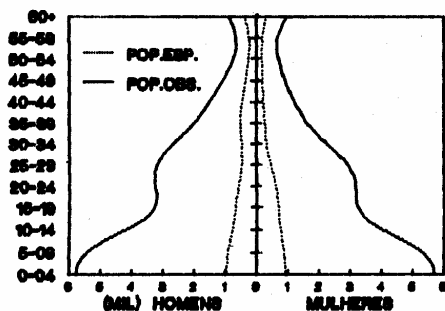
Metade dos habitantes da região metropolitana, em 1970, tinha menos de 20 anos de idade. Na década seguinte houve um ligeiro envelhecimento, pois 47,0% era menor de 20 anos de idade, em 1980. Do crescimento da população feminina em idade reprodutiva - 15 a 49 anos - entre 1970 e 1980, o saldo migratório responde por 57,6%, o que mostra concentração da migração nesta faixa etária. Este dado indica que a migração teve um papel sobre o crescimento vegetativo da década seguinte, via natalidade, superior àquele que seria de se prever levando em consideração apenas a taxa líquida total de migração.

Ver PNA D

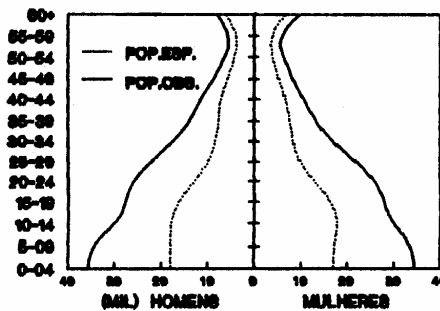
**GRAF.4.1 - RMBH  
SALDO MIGRATORIO POR IDADE - 1970/80**



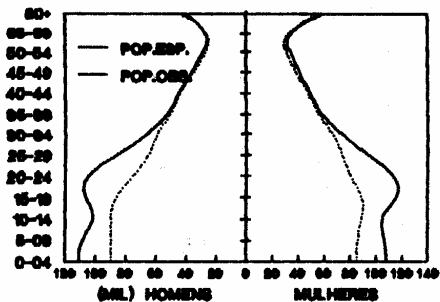
**GRAF.4.2 RIBEIRAO DAS NEVES  
SALDO MIGRATORIO POR IDADE - 1970/80**



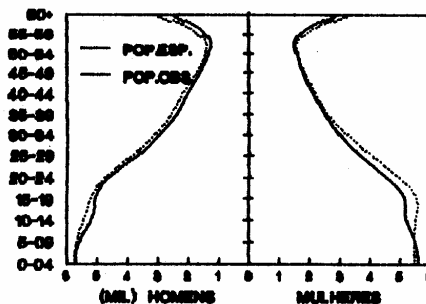
**GRAF.4.3 MUNICIPIOS DE ALTAS TLM  
SALDO MIGRATORIO POR IDADE - 1970/80**



**GRAF. 4.4 MUNIC. DE BAIXAS TLM  
SALDO MIGRATORIO POR IDADE - 1970/80**



**GRAF. 4.5 MUNIC. DE TLM MUITO BAIXAS  
SALDO MIGRATORIO POR IDADE - 1970/80**



Este é o quadro geral da RMBH. Estas tendências escondem especificidades locais que não devem ser desconsideradas. Já se referiu anteriormente à heterogeneidade de um universo tão complexo como uma região metropolitana, sendo que os movimentos populacionais são uma das expressões sociais mais importantes de tais diferenças. A seguir descreve-se o comportamento da distribuição espacial da população em níveis mais desagregados,

#### 4.4 As migrações nos municípios da RMBH durante a década de 70

Na seção anterior mostrou-se que o crescimento populacional da RMBH sofreu um arrefecimento na década de 70. Mesmo assim, a taxa líquida de migração continuou expressiva, mantendo-se a diferenciação quanto à composição por sexo e idade, fatores igualmente importantes para se analisar as tendências demográficas. De maneira geral, os imigrantes são pessoas jovens e, portanto, integrantes não apenas da população economicamente ativa, mas também dos grupos populacionais mais fecundos.

Dentro da região metropolitana, contudo, o comportamento migratório é bastante diversificado. A natureza dos problemas urbanos em determinado município poderá ser causa ou consequência em outro. Nessa dissertação, adota-se uma divisão bem mais desagregada do que em núcleo e periferia. Isso possibilitará um melhor entendimento da diversidade dos movimentos migratórios dentro da própria RMBH. A verificação do fenômeno migratório, segundo as áreas de atração e repulsão na RMBH, poderá

fundamentar esta análise. No próximo capítulo, procurar-se-á complementar a interpretação dos saldos e das taxas líquidas de migração com o uso de informações específicas sobre fluxos migratórios intra-metropolitanos (matriz origem - destino).

#### 4.4.1 Áreas de atração e expulsão na RMBH

No período 1970/80 distinguem-se municípios que apresentaram taxas líquidas de migração desde muito altas até negativas. As taxas de crescimento populacional no centro e na periferia já evidenciam um aumento na participação desta última. Entretanto, os municípios periféricos também apresentam notáveis diferenças. Em relação à média da RMBH, a magnitude das taxas, por município, foram desagregadas em "muito alta", "alta", "baixa" e "muito baixa" (Tabela 4.3).

Na classificação "muito baixa" estão agrupados os municípios de Caeté, Nova Lima, Raposos, Rio Acima (expulsores de população) e Sabará. Os quatro primeiros foram agrupados devido à necessidade de amenizar os problemas amostrais (ver capítulo 3). Além disso, as características de ocupação e uso do solo urbano são muito parecidas, como se verá mais adiante. Quanto a Sabará, apesar de sua taxa líquida total não ser negativa, ela é bem mais baixa do que a da categoria imediatamente superior (taxa líquida "baixa").



TABELA 4.3

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - 1970/80  
POPULAÇÃO TOTAL E MIGRAÇÃO

| Intensidade da TLM* | Municípios     | População em 1980 | Saldo Migratório | TLM (%) |
|---------------------|----------------|-------------------|------------------|---------|
| Muito Alta          | Rib. das Neves | 67.249            | 54.313           | 80,79   |
| Alta                | Betim          | 84.193            | 34.061           | 40,45   |
|                     | Contagem       | 280.470           | 136.765          | 48,76   |
|                     | Ibirité        | 39.967            | 13.519           | 33,82   |
|                     | Santa Luzia    | 59.893            | 27.231           | 45,46   |
|                     | Vespasiano     | 25.046            | 9.500            | 37,92   |
| Baixa               | Belo Horizonte | 1.780.839         | 279.905          | 15,68   |
|                     | Lagoa Santa    | 19.499            | 2.917            | 15,18   |
|                     | Pedro Leopoldo | 30.007            | 4.137            | 13,79   |
| Muito Baixa         | Expulsores     | 88.721            | - 4.734          | - 5,34  |
|                     | Sabará         | 64.210            | 4.525            | 7,02    |

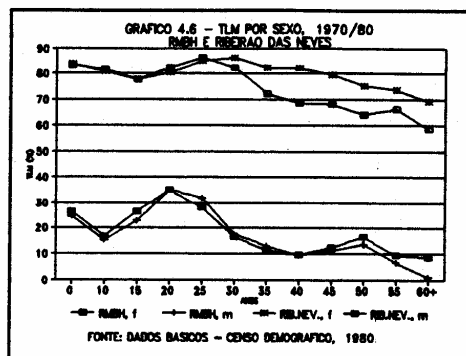
FONTE: Dados básicos: IBGE - Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.  
(\* ) Intensidade medida em relação à média da TLM da RMBH.

No grupo das taxas acima da média (21,4%) destaca-se Ribeirão das Neves, onde as taxas líquidas foram, de longe, as maiores entre todos os municípios da RMBH, e o padrão da migração por idade é bem próximo ao da região metropolitana.

O Gráfico 4.2 representa com mais clareza o impacto excepcional da migração sobre o crescimento populacional de Ribeirão das Neves. Para a década de 70, uma taxa anual de crescimento populacional que seria algo em torno de 2,9% na ausência de migração (apenas o efeito do crescimento vegetativo), foi, na realidade, de 21,4% ao ano! 80,8% da população de

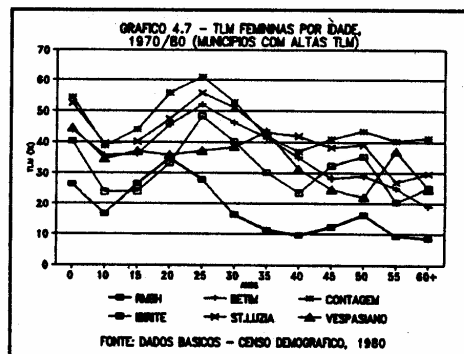
Ribeirão das Neves em 1980 era migrante da década <sup>16</sup>. Em números absolutos isso quer dizer que uma população observada de 67.249 pessoas em 1980 seria de apenas 12.936 residentes, caso a migração não existisse.

As diferenças, além da magnitude das taxas a favor de Ribeirão das Neves, estão no fato de que neste município o ponto modal é mais tardio - 25 anos para os homens e 30 para as mulheres (Gráfico 4.6). Além disso, as taxas femininas superam as masculinas após os 25



anos de idade, uma situação atípica dentro da RMBH. Assim, a intensidade da migração é mais forte entre os homens jovens e mulheres adultas.

Ainda com taxas maiores que a RMBH, encontram-se os municípios de Betim, Contagem, Ibituripe, Santa Luzia e Vespasiano. Desconsiderando-se o município de Belo Horizonte, este foi o conjunto mais importante da RMBH, pois aí encontra-se 40.0% do saldo migratório da década de 70, isto é, 221.076 pessoas.



<sup>16</sup> Uma análise das possíveis causas do crescimento populacional neste e nos demais municípios será feita no próximo capítulo.

O padrão migratório por idade assemelha-se à média da RMBH (com

exceção de Vespasiano), com a moda

situada em torno dos 25 anos de

idade, e maiores taxas para a

migração feminina (Gráficos 4.7 e

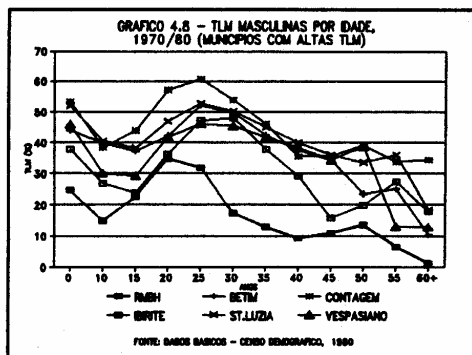
4.8). A influência da migração sobre

o crescimento da população deste

subgrupo de municípios pode ser

visualizada no Gráfico 4.3. Da

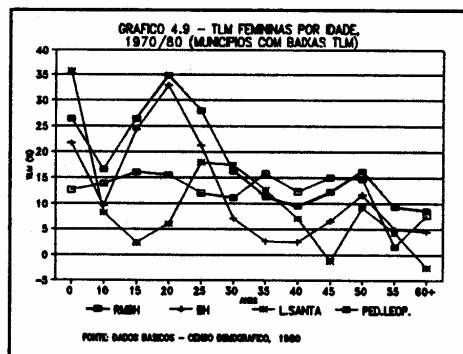
população observada em 1980, 45,2%



correspondem à migração da década. Isso explica uma alta taxa anual de crescimento (9,0%), maior do que o crescimento médio da periferia metropolitana (7,45%).

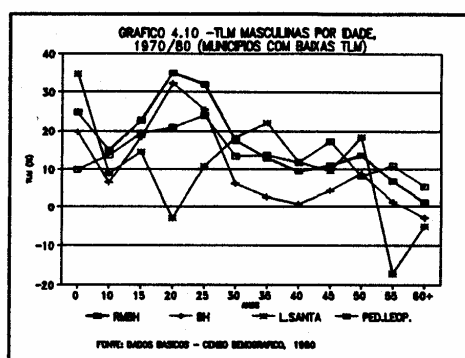
Em contraste, a taxa de crescimento populacional verificada no grupo formado pelos municípios de Belo Horizonte, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, é menor que a da RMBH.

Nestes municípios a contribuição da migração foi mais modesta - aproximadamente 15% da população residente em 1980 (Gráficos 4.9 e 4.10). Obviamente, Belo Horizonte é o grande destaque, pois uma Taxa Líquida de Migração (TLM) não muito



alta<sup>17</sup> (15,68%), corresponde a um saldo de quase 280.000 pessoas, ou seja, praticamente a metade de todo o saldo verificado na RMBH na década de 70. Evidentemente, o padrão migratório da RMBH é um reflexo direto daquele do município de Belo Horizonte.

Quanto aos outros dois municípios, os padrões de migração masculinos e femininos são parecidos entre si, mas diferentes do da RMBH. O ponto modal de Lagoa Santa é mais tardio (entre 25 e 30 anos para as mulheres, e em torno de 35 anos para os homens), enquanto em Pedro



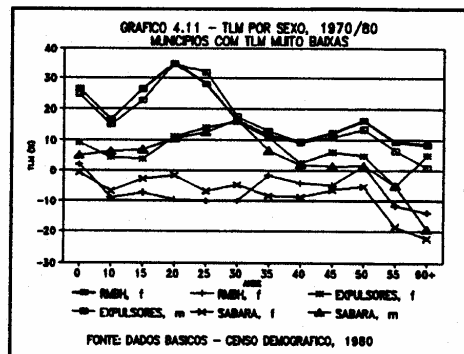
Leopoldo não há tantas oscilações na estrutura por idade. Deve-se lembrar que as populações destes municípios são pequenas e que as taxas líquidas, menores que a média metropolitana, correspondem a saldos migratórios pouco expressivos (2.917 pessoas em Lagoa Santa e 4.137 em Pedro Leopoldo).

Um saldo migratório também pequeno verificou-se em Sabará: 4.525 pessoas entre 1970 e 1980, o que corresponde a uma taxa líquida de 7,0%. Os únicos municípios que experimentaram saldo migratório negativo foram Caeté, Nova Lima, Raposos e Rio Acima (neste último houve perda absoluta), que formam o grupo aqui denominado "expulsores" (Gráfico 4.11).

<sup>17</sup> É bom lembrar que essa classificação "não muito alta" é fruto de uma comparação com a média da TLM observada para o conjunto da RMBH.

Estas informações sobre os saldos municipais revelam as especificidades de cada localidade. Demonstram que a área metropolitana é bastante diversificada em termos demográficos, e divisões em apenas "núcleo" e "periferia", embora ajudem a análise, são muito

limitadas. Mas, porque há um comportamento tão heterogêneo em termos de migração? Neste ponto, uma abordagem integrada com informações relacionadas ao uso do solo urbano pode enriquecer a análise. Esta integração será contemplada no próximo capítulo.



## 5 A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA RMBH: DÉCADA DE 70 E PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DOS ANOS 80

A primeira parte deste capítulo trata das questões referentes ao uso e ocupação do solo na RMBH, incorporando aspectos fundamentais para a compreensão da distribuição populacional intra-metropolitana. Em seguida, faz-se uma análise específica dos movimentos populacionais intra-metropolitanos durante a década de 70. Com isso, são integrados elementos próprios da geografia urbana, de forma a abarcar, empiricamente, o tratamento teórico interdisciplinar discutido no Capítulo 2.

Finalmente, são aduzidos alguns comentários acerca das possibilidades do comportamento demográfico na RMBH na década de 80, a partir da utilização de dados preliminares do Censo Demográfico de 1991.

### 5.1 Uso do solo na RMBH: expressão das desigualdades sociais

Desde o fim do Estado Novo, os problemas urbanos no Brasil sempre foram tratados setorialmente, enfocando principalmente a "questão habitacional". Expressa esta preocupação as criações da Fundação da Casa Popular, em 1946, e do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964 (Azevedo, 1978).

Após 1964, o governo militar, ciente dos problemas sociais decorrentes da falta de habitações, privilegia a construção de casas

populares através do Plano Nacional de Habitação e do BNH. Contudo, em pouco tempo este objetivo inicial cede espaço à filosofia governamental de imprimir um perfil empresarial à máquina burocrática do Estado. Incompatível com a intenção de atender as camadas populares, esta nova filosofia não permitiu o surgimento de uma política urbana integrada. Estes fatores influenciarão a estrutura espacial urbana, e Belo Horizonte, assim como sua região metropolitana, não foge a esta regra.

Não há dúvidas acerca da existência de influência das ações do poder público sobre o desenvolvimento econômico e a distribuição da população no espaço, nos âmbitos nacional e regional. Contudo, estas escalas se relacionam complexa e intimamente, demonstrando não haver uma linha divisória de fenômenos que, na verdade, são parte de uma mesma realidade, produzida pelos desequilíbrios sócio-econômicos. A compreensão da distribuição espacial da população não se esgota nas esferas nacional e regional. Ela vai além ao incorporar não só as especificidades de uma unidade analítica menor, como uma região metropolitana, mas também a própria estrutura espacial interna da metrópole.

Juntamente com o desenvolvimento econômico regional, por sua vez integrante de um "modelo" de desenvolvimento nacional, é que deve ser entendido o crescimento populacional da RMBH e sua distribuição interna, ou seja, os elementos integrados e integrantes de um contexto histórico mais amplo.

### 5.1.1 A "organização" do espaço urbano metropolitano: 1950-1976

Vimos que a partir de 1950, acelera-se o processo de industrialização/ urbanização. Mas além da industrialização, a evolução e estrutura do mercado de terras urbanas é o que melhor explica a forma espacial de Belo Horizonte e dos municípios que, na década de 70, passaram a constituir a RMBH. A demanda por terrenos e a evolução dos seus preços dependem, em tese, do crescimento populacional, das alterações na distribuição de renda e da expansão das atividades econômicas. Paradoxalmente, o preço dos terrenos na RMBH "não acompanham o ritmo das variações do crescimento econômico e demográfico, ou seja, os demandantes dos terrenos urbanos para uso" (O MERCADO..., 1978).

"A própria formação histórica de Belo Horizonte, aliada ao sistema de produção do seu espaço urbano, produziram efeitos espaciais em locais específicos, como: densificação da área central da cidade e sua estrutura rádio-concêntrica que dotou-a de alta acessibilidade, a dispersão periférica da urbanização e ainda a subutilização de algumas áreas que já dispõem de serviços urbanos básicos, trazendo uma distribuição diferenciada de população e atividades sobre o espaço metropolitano" (p.124).

A partir de 1950, alguns empreendimentos modificaram a estrutura espacial do tecido urbano da RMBH. A implantação da Cidade Industrial Juventino Dias fez com que se expandisse a frente de loteamentos nos municípios de Contagem e Betim. Ao norte, a construção da represa da Pampulha e sua área de lazer funcionaram como vetor de expansão que ultrapassou os limites municipais, atingindo áreas de Ribeirão das Neves e Santa Luzia.



Na verdade, a década de 50 e o período pré-64 foram marcados pela ausência de regulamentação do processo de agregação das terras rurais ao sítio urbano, que ficou a cargo dos agentes privados. Com exceção da prefeitura de Belo Horizonte, os demais prefeitos da RMBH não impunham nenhuma restrição ao processo e até estimulavam a agregação desordenada, na expectativa de arrecadar impostos e ignorando os problemas sociais que tal atitude geraria em futuro próximo. Mesmo em Belo Horizonte, a rigorosa legislação não era acompanhada pela eficiência do poder judiciário. Assim, as obrigações dos proprietários dos terrenos, tais como, terraplenagem, pavimentação e obras de apoio, recaíam muito mais sobre os compradores. A prefeitura de Belo Horizonte tão pouco punia com medidas efetivas os loteamentos clandestinos.

A ineficiência da aplicação da legislação urbanística nesta época só pode ser entendida através do perfil populista da administração municipal, intimamente relacionado com o surgimento de loteamentos irregulares. A distribuição de benefícios de acordo com as conveniências do momento político geralmente favorecia o proprietário, que por seu turno funcionava como aliado político, sedimentando a associação entre a elite econômica e o poder público. O loteamento periférico, sem equipamentos urbanos básicos, era a outra face da produção desigual do espaço urbano:

"De um lado, integrava o comprador, fazendo-o proprietário de um lote, e então da sua moradia, tornando-o comprometido com uma prestação que o estimulava a trabalhar, a não perder o emprego, a aceitar outro emprego sem maiores exigências, e o transformava em um consumidor capaz de assumir dívidas, pois o imóvel pode garantir empréstimos. De outro, segregava-o do centro urbano: tanto o afastava do conforto que a infraestrutura e os serviços urbanos oferecem, como o lançava

para longe, onde não criasse problemas para a cidade" (O MERCADO..., 1978, p.101).

Apesar do novo enfoque dado pela prefeitura no início dos anos 60, no que se refere à estruturação do espaço urbano, surgiram vários loteamentos clandestinos e a constituição de favelas. Órgãos públicos como o Departamento de Habitação Popular, subordinado à Secretaria do Trabalho e Ação Social, o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares e a Fundação Casa Popular tentaram solucionar os problemas da falta de moradias para os segmentos mais carentes da sociedade. Infelizmente, a ausência de recursos limitaram muito a atuação do poder público.

A partir da segunda metade da década de 60 e início dos anos 70, uma série de leis exigiam altos percentuais de reservas de áreas para equipamentos e áreas verdes, além de obrigações, por parte do loteador, no que tange à infra-estrutura dos loteamentos. Após Belo Horizonte, os maiores municípios da RMBH também adotaram este modelo de lei.

Estas exigências dificultavam o acesso da população de baixa renda aos loteamentos dotados de infra-estrutura urbana, uma vez que estes eram mais caros. A consequência imediata foi a queda no número de aprovações de loteamentos, e também o surgimento de novas áreas de lotes clandestinos nos municípios mais distantes dos centros de emprego.

Se existiram restrições em alguns locais, houve liberação para a aprovação de loteamentos em outras áreas, como Ibirité e Ribeirão das Neves, onde se concentravam 53,8% dos lotes destinados para a população de nível sócio-econômico mais baixo:

"Assim, enquanto Ibirité e Betim praticamente substituem Contagem onde era impossível aprovar loteamentos, Neves

dá continuidade ao processo clandestino de ocupação da região de Venda Nova" (O MERCADO..., 1978).

No período que se estende de 1972 a 1976, o tecido urbano da RMBH se expande intensamente. Lançaram-se 96 novos loteamentos, em 10 municípios, sendo que destes, 60% concentravam-se em Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Neste último, localizavam-se 47,5% dos lotes populares a venda na RMBH (de 35 lançamentos, 29 eram populares).

Esta rápida visão sobre a estruturação urbana da RMBH através dos loteamentos lançados no período 1972 a 1976 demonstra como a região é segmentada e segregada. Nesse sentido, a distribuição espacial da população dependerá mais das condições de cada grupo social em relação à escolha do seu local de residência.

#### 5.1.2 A "reorganização" do espaço urbano metropolitano: 1976-1982

A localização e classificação dos tipos de loteamentos lançados entre 1976 a 1982 poderá fornecer alguma luz para a posterior análise da relação entre o crescimento populacional em dado município e os grupos sociais nele residentes. Para que haja possibilidade de crescimento e assentamento de população metropolitana, uma condição fundamental é que exista base territorial disponível. A Tabela 5.1 fornece um quadro geral sobre os loteamentos aprovados na RMBH no período 1976-1982 e sobre o perfil dos compradores.

falta 1520

TABELA 5.1

LOTEAMENTOS APROVADOS PELO PLAMBEL NA RMBH  
CLASSE DE LOTEAMENTOS, POR MUNICÍPIOS DE OCORRÊNCIA  
E PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DO PROPRIETÁRIO  
1976-1982

| Classes de Loteamento | Tipo de lote   | Municípios, por tamanho da área ocupada (em ordem decrescente)                       | Perfil do morador                      |
|-----------------------|--|--|--|
| CLASSE I              | popular (até 360 m <sup>2</sup> )  | Betim, Rib. Neves, Sta. Luzia, Ibirité, Belo Horizonte, Vespasiano, Contagem e Caeté | ocupados pela população de baixa renda |
| CLASSE II             | dotados de boa infraestrutura (360-1000m <sup>2</sup> )                              | <u>Belo Horizonte, Lagoa Santa, Rib. Neves, Betim, Nova Lima e Contagem</u>          | alto poder aquisitivo                  |
| CLASSE III            | destinados à construção de chácaras e de aprovados sítios (+ de 1000m <sup>2</sup> ) | Rio Acima, Nova Lima, Contagem, Lagoa Santa, Caeté, Pedro Leopoldo e Sabará          | alto, médio e baixo poder aquisitivo   |

Fonte: MATOS, Ralfo E. S. Impactos da legislação urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte: um estudo de caso. Belo Horizonte, 1984. Dissertação (mestrado), CEDEPLAR/FACE/UFMG.

Os loteamentos da Classe I (populares) predominam em municípios onde existe relativa proximidade de estabelecimentos industriais, como Betim (predominantemente), Contagem e, em menor proporção, Santa Luzia; em áreas conurbadas como Ribeirão das Neves e Vespasiano, na parte norte da RMBH; em Ibirité, onde Contagem funcionou como importante indutor da expansão urbana; e também em Belo Horizonte, pois aí se incluem "parcelamentos do tipo 'superquadra', dirigidos à implantação de conjuntos habitacionais verticais financiados pelo BNH" (Matos, 1984).

As áreas de  
serviço,  
de áreas  
de atendimento, rede,  
de áreas de serviço de  
serviço

Os loteamentos da Classe II ocorreram, principalmente, em Belo Horizonte, onde 60% dos loteamentos pertencem a este tipo. Estes são devidamente legalizados e dotados de boa acessibilidade aos centros comerciais. Por isso, a população de alto poder aquisitivo escolhe esta categoria para construir uma residência ou assegurar uma poupança permanente. Este tipo de loteamento começou a ocorrer de maneira significativa em Lagoa Santa, após a implantação do Aeroporto Internacional.

Na classe III estão contidos vários tipos de moradores. Com exceção de Vespasiano, todos os municípios apresentam loteamentos desta categoria. Esta classe pode ser subdividida em três grupos: ao sul da RMBH os loteamentos são destinados a um público de alta renda, que os utiliza para construções com finalidades de lazer e/ou moradia; num raio de aproximadamente 30 Km do centro de Belo Horizonte encontram-se famílias de renda média de 5 salários mínimos; nas áreas mais distantes moram pessoas de baixo poder aquisitivo, cujas propriedades servem para o plantio de pequenas culturas, como hortaliças.

Feitas estas descrições a respeito dos loteamentos e do tipo de população a eles relacionados parte-se, na seção seguinte, para a análise dos movimentos populacionais intra-metropolitanos. Essas duas análises serão superpostas na seção 5.3 deste capítulo.

## 5.2 Os fluxos migratórios intra-metropolitanos

O Censo de 1980 contém dados sobre a origem, a nível de município, dos imigrantes intermunicipais, que serão usados para a análise dos fluxos dentro da RMBH<sup>18</sup>. A Tabela 5.2 apresenta o número de imigrantes intra-metropolitanos da década de 70 segundo o município de residência anterior.

De 190.406 imigrantes, cuja última etapa migratória se deu entre dois municípios da RMBH, 81,9% ou 154.300 pessoas saíram da capital - número dez vezes maior do que os 14.934 que para lá migraram, procedentes de outros municípios da RMBH. Através das taxas de imigração e emigração intra-metropolitanas (TI e TE, respectivamente<sup>19</sup>) da Tabela 5.2, vê-se claramente o destaque de Belo Horizonte como o município que não só atraiu menos imigrantes entre todos os municípios da RMBH (TI de 0,8%), mas também como um dos que mais cederam emigrantes para o restante da metrópole (TE de 8,7%). Sua TE está entre as mais altas da década de 70, ficando atrás apenas de Rio Acima (18,6%), Caeté (9,5%) e Raposos (8,9%). As elevadas TE verificadas em Rio Acima, Caeté e Raposos não tiveram papel significativo na redistribuição intra-metropolitana da população, por serem municípios de pequena base populacional.

---

<sup>18</sup> Esses dados, estimados a partir de informações da fita de 25% do Censo Demográfico de 1980, foram gentilmente cedidos por Ralfo Matos, que os analisará de forma diferente na sua Tese de Doutorado, em andamento.

<sup>19</sup> TI: número de imigrantes intra-metropolitanos como proporção da população do município em 1980;

TE: número de emigrantes intra-metropolitanos como proporção da população em 1980.

TABELA 5.2  
MATRIZ DE ORIGEM E DESTINO DOS MIGRANTES INTRAMUNICIPALIS DA RMBH  
SEGUNDO OS DADOS DE PROCEDÊNCIA DA DÉCADA DE 1970

| MUN. DE DEST | MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA |      |      |       |      |      |      |      |      |      |      |      |      | TOT  | TI     |      |
|--------------|---------------------------|------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--------|------|
|              | B. H.                     | BET. | CAE  | CONT  | IBL  | LAG  | N.L. | P.L. | RAP. | RIB. | R.A. | SAB. | S.L. |      |        | VESP |
| B.H.         | 0                         | 1665 | 1464 | 2801  | 537  | 789  | 1726 | 1157 | 485  | 484  | 565  | 1720 | 1021 | 520  | 14934  | 0,8  |
| BET.         | 10648                     | 0    | 25   | 4530  | 381  | 20   | 39   | 59   | 3    | 57   | 34   | 170  | 246  | 83   | 16295  | 19,4 |
| CAE.         | 569                       | 19   | 0    | 47    | 7    | 6    | 20   | 19   | 27   | 3    | 8    | 90   | 0    | 42   | 848    | 2,8  |
| CON          | 67023                     | 2284 | 369  | 0     | 864  | 76   | 385  | 113  | 169  | 341  | 194  | 374  | 262  | 92   | 72546  | 25,9 |
| IBL          | 8192                      | 185  | 69   | 1678  | 0    | 8    | 64   | 28   | 11   | 35   | 0    | 45   | 12   | 43   | 10370  | 26,0 |
| LAG.         | 1352                      | 34   | 24   | 10    | 7    | 0    | 3    | 199  | 20   | 0    | 0    | 11   | 22   | 199  | 1881   | 9,7  |
| N.L.         | 1675                      | 7    | 101  | 41    | 8    | 0    | 0    | 3    | 70   | 4    | 132  | 97   | 12   | 0    | 2150   | 5,2  |
| P.L.         | 1290                      | 22   | 49   | 76    | 0    | 175  | 9    | 0    | 15   | 132  | 0    | 42   | 87   | 185  | 2082   | 6,9  |
| RAP.         | 248                       | 0    | 139  | 3     | 0    | 0    | 146  | 0    | 0    | 0    | 5    | 42   | 0    | 0    | 583    | 4,9  |
| RIB.         | 32692                     | 211  | 51   | 843   | 98   | 96   | 43   | 108  | 51   | 0    | 0    | 21   | 277  | 95   | 34586  | 51,0 |
| R.A.         | 67                        | 0    | 17   | 0     | 0    | 0    | 75   | 0    | 35   | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    | 194    | 3,8  |
| SAB.         | 13109                     | 81   | 341  | 160   | 4    | 45   | 137  | 4    | 125  | 18   | 4    | 0    | 126  | 8    | 14162  | 22,1 |
| S.L.         | 14305                     | 100  | 189  | 364   | 72   | 49   | 128  | 64   | 11   | 120  | 0    | 341  | 0    | 163  | 15906  | 26,6 |
| VESP         | 3130                      | 8    | 58   | 111   | 10   | 99   | 11   | 202  | 27   | 36   | 0    | 37   | 140  | 0    | 3869   | 15,5 |
| TOT          | 154300                    | 4607 | 2896 | 10664 | 1988 | 1363 | 2786 | 1956 | 1049 | 1230 | 942  | 2990 | 2205 | 1430 | 190406 | 7,5  |
| TE           | 8,7                       | 5,5  | 9,5  | 3,8   | 5,0  | 7,0  | 6,8  | 6,5  | 8,9  | 1,8  | 18,6 | 4,7  | 3,7  | 5,7  | 7,5    |      |

FONTE: Dados Básicos: IBGE - Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980.

Torna-se evidente que Belo Horizonte foi o município responsável pela maior parte do saldo migratório verificado no resto da RMBH. Sendo o saldo belo-horizontino (estimado por técnica indireta e descontado o efeito indireto) de 234.001 migrantes e o número de imigrantes (obtido por informação direta) de 429.645 pessoas, o número de emigrantes da década de 70, obtido através da diferença entre imigrantes e saldo migratório, foi algo em torno de 195.644. Na periferia o saldo foi de 282.234, o número de imigrantes da estimativa direta foi de 356.106 e, conseqüentemente, houve aproximadamente 73.872 emigrantes.

No caso de Belo Horizonte, a diferença entre estes emigrantes e o número de emigrantes obtido por informação direta (154.300 pessoas, de acordo com a Tabela 5.2) é de 41.344 pessoas. Como já visto, o número de emigrantes implícitos no saldo migratório de Belo Horizonte, obtido por técnica indireta, refere-se àqueles presentes em 1970 e residentes fora do município em 1980. O número de emigrantes obtidos por informação direta corresponde àqueles cuja residência anterior dentro da década foi Belo Horizonte, independentemente de estarem residindo ou não na capital na data do Censo de 1970. Como a capital tem exercido importante papel dentro do processo de migração por etapas, provavelmente parte significativa dos emigrantes de Belo Horizonte do período 1970/80 não residiam no município no início da década, isto é, foram anteriormente imigrantes da capital dentro da década. O número de emigrantes de Belo Horizonte para o resto da RMBH que residia em Belo Horizonte em 1970 foi, com toda certeza, menor do que 154.300 pessoas, e aqueles para fora da RMBH maior do que 41.344 (195.644 - 154.300).



Retirando-se os fluxos com a capital, o número de migrantes de origem e destino na periferia foi de 21.172 pessoas (190.406 - 154.300 - 14.934, de acordo com a Tabela 5.2), comprovando o papel de destaque do município de Belo Horizonte sobre a estrutura urbana da periferia da região metropolitana.

Os locais que mais receberam os belo-horizontinos foram Contagem (43,4% dos emigrantes da capital), Ribeirão das Neves (21,2%), Santa Luzia (9,3%), Sabará (8,5%) e Betim (6,9%). Referem-se a áreas conurbadas ou de intensa industrialização. Por sinal, Contagem e Ribeirão das Neves foram os dois municípios que mais receberam imigrantes procedentes do restante da RMBH (72.546 e 34.586, respectivamente), certamente devido ao forte poder de atração do primeiro e à maior disponibilidade de lotes populares no segundo. Juntos, esses dois municípios receberam 56,3% da migração intra-metropolitana (Tabela 5.2).

As taxas intra-metropolitanas reforçam o que foi dito. Ribeirão das Neves destaca-se com uma TI de 51,0%. Em contrapartida, sua TE, de apenas 1,8%, é a mais baixa de todos os municípios da RMBH. TI também bastante altas são encontradas em Santa Luzia (26,6%), Ibirité (26,0%), Contagem (25,9%) e Sabará (22,1%). Estas taxas são bem maiores do que as de emigração: 3,7%, 5,0%, 3,8% e 4,7%, respectivamente.

Certamente parte da atração em Santa Luzia nos anos 70 tenha sido exercida pelo seu parque industrial. Mas Betim, com um processo de industrialização mais recente e ao mesmo tempo mais intenso poderá vir a ultrapassar Santa Luzia por sua capacidade de atração de fluxos migratórios.

Aliás, na década de 70 sua TI intra-metropolitana foi de 19,4% e a TE ficou em torno de 5,5%.

Em Ibitaré, dos 10.370 imigrantes intra-metropolitanos, 79,0% provêm de Belo Horizonte; em Contagem essa proporção é de 16,2%, indicando a continuação do processo de conurbação. Quanto a Sabará, seu saldo migratório positivo deve-se em grande parte aos imigrantes procedentes de Belo Horizonte (92,6% dos imigrantes intra-metropolitanos). O mesmo pode ser dito em relação a Vespasiano, pois aí o último local de residência de 80,9% dos imigrantes intra-metropolitanos era justamente Belo Horizonte.

Os municípios de Caeté, Nova Lima, Raposos e Rio Acima perderam mais do que ganharam com os fluxos intra-metropolitanos. Rio Acima chama a atenção: sua TI foi de apenas 3,8% e a TE chegou a 18,6%. A maioria de seus emigrantes teve Belo Horizonte como destino: 50,6% em Caeté, 62,0% em Nova Lima, 46,2% em Raposos e 60,0% em Rio Acima. A recíproca também é verdadeira. Naqueles com um número razoável de imigrantes intra-metropolitanos a maior parte procedeu da capital: 67,1% em Caeté, 77,9% em Nova Lima. Em Lagoa Santa, o fenômeno é parecido com o ocorrido nos municípios anteriores, haja vista que 71,9% dos imigrantes vieram de Belo Horizonte e 57,9% dos emigrantes tiveram como destino a capital. As taxas foram relativamente baixas, mas não tanto quanto nos municípios anteriores, com a TI de 10% e TE de 7,0%. Situação parecida ocorreu em Pedro Leopoldo, onde as taxas líquidas foram praticamente as mesmas: TI de 6,9% e TE de 6,5%.

Os dados da Tabela 5.2 sugerem que na RMBH, excluída a capital, nos municípios de Caeté, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Raposos e Rio Acima,

grande parte do saldo migratório deve-se aos fluxos com a capital. Tal fenômeno parece estar estreitamente ligado ao papel que a concentração fundiária exerce sobre a estruturação urbana. Quando se considera o tipo de loteamento, sabe-se que parte da população de alto poder aquisitivo sai da capital para construir moradias em locais privilegiados, como a parte sul da metrópole e Lagoa Santa. Em contrapartida, parte significativa da população pobre de Belo Horizonte é forçada a se mudar para os municípios da periferia em busca de lote e/ou moradia mais barata, como parte de uma estratégia de sobrevivência.

Enfim, a análise das taxas líquidas de migração, empreendida no Capítulo 4, e dos fluxos intra-metropolitanos aponta para direções convergentes. Da primeira percebe-se quais foram os municípios que atraíram ou expulsaram migrantes, bem como a participação destes no total da população residente em 1980.

Quanto a análise dos fluxos, fica claro que a capital, passando por um processo de arrefecimento das taxas líquidas migratórias, ainda é quem mais atrai população, em termos absolutos. Mas é também quem mais expulsa, e na maior parte das vezes o destino do movimento fica na própria periferia da RMBH. Portanto, a distribuição espacial da população metropolitana passa, necessariamente, pelos problemas urbanos de Belo Horizonte, entre eles a especulação imobiliária. Dependerá das características de cada localidade, qual o grupo social que será absorvido ou expulso.

A superposição com algumas informações sobre o uso do solo poderá esclarecer algumas questões. A existência (ou não) de lotes destinados a

moradias populares é um fator fundamental para a absorção de grandes contingentes populacionais. Essas considerações serão focalizadas na próxima seção.

### 5.3 A organização do espaço urbano e os fluxos migratórios intra-metropolitanos

Superpondo-se as informações sobre migração com as do crescimento verificado nos municípios da RMBH, percebe-se que a distribuição diferenciada do espaço, dos ritmos de crescimento da população, das taxas líquidas de migração e dos fluxos migratórios intra-metropolitanos não são aleatórios.

Dois pontos merecem ser recapitulados. O ritmo de crescimento da periferia foi maior do que o da capital nos anos 70 e o raio de atração desta foi maior, pois nela a proporção de imigrantes procedentes de fora de Minas Gerais foi mais alta. Uma hipótese que se coloca é que Belo Horizonte atrai, mais do que a periferia, imigrantes de áreas mais distantes. Por outro lado, quando os imigrantes chegam à capital, os problemas urbanos mais exacerbados - aluguéis mais caros, falta de moradias, etc. - os expulsariam para a periferia.

O município de maior taxa líquida de migração, Ribeirão das Neves, foi também aquele que obteve maior número de novos loteamentos populares no período de 1972 a 1976, ou seja, 45,5% do total da RMBH (Matos, 1984). Ademais, Ribeirão das Neves está entre os municípios que mais atraíram

migrantes intra-metropolitanos na década de 70. Este município é o prolongamento natural do distrito de Venda Nova, caracterizado pela clandestinidade dos loteamentos e por habitações precárias, na porção norte de Belo Horizonte.

Ora, com uma área urbana já densamente povoada, de difícil expansão horizontal, de intensificação de construções verticais destinados à população de alta renda e lei urbanística mais rígida, não é de se espantar que os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH tenham sido insuficientes para assentar a população de menor poder aquisitivo em Belo Horizonte.

A capital mineira situa-se entre os municípios da RMBH de baixa taxa líquida de migração e foi também o de maior emigração intra-metropolitana na década de 70, o que certamente expressa a sua incapacidade de acolher toda a população que para lá se dirige. Nunca é demais lembrar que apesar das baixas taxas líquidas, devido à sua grande base populacional como a capital, Belo Horizonte absorveu metade do saldo migratório na RMBH.

A intensificação da industrialização em Contagem, Santa Luzia e Betim certamente aumentou a oferta de empregos, funcionando como um atrativo para os trabalhadores. Este fator, e os problemas da capital, fizeram com que a imigração fosse uma opção real e lógica para os municípios supracitados, assim como para Ibirité e Vespasiano.

Nestes municípios, a capacidade relativa de assentamento da população trabalhadora é maior do que na capital, pois neles há maior concentração de loteamentos da Classe I.

Obviamente, não se pretende dizer que nestes locais só exista este tipo de loteamento. Por se constituírem em áreas dinâmicas do ponto de vista econômico, locais como Betim e Contagem possuem diversificados tipos de equipamentos urbanos. Em última instância, isso significa que há também uma população heterogênea, de poder aquisitivo variado e que procura, inclusive, habitações dotadas de boa infra-estrutura, o que justifica a presença de loteamentos da Classe II.

A superposição de uso do solo e características migratórias não é rígida, no sentido de negar a existência da diversidade de tipos de habitações e grupos sociais aí residentes, mas ajuda a apontar as características predominantes. Na própria Tabela 5.1 observa-se que em dado município pode haver mais de um tipo de classe. Aliás, uma das propostas aqui adotadas é justamente desagregar a região metropolitana tanto quanto o permitem a disponibilidade de dados e as técnicas demográficas e enfocá-la como um espaço urbano heterogêneo e complexo.

Quanto aos municípios com baixas taxas líquidas de migração positivas ou negativas, desconsiderando-se Belo Horizonte, chama a atenção a inexistência de loteamentos da Classe I. Tanto Lagoa Santa quanto Pedro Leopoldo perderam mais do que receberam migrantes intra-metropolitanos. A população de alto poder aquisitivo que pode adquirir lotes das Classes II e III é uma minoria dentro da região metropolitana. Portanto, não seria de se esperar nos locais onde predominam lotes destinados a sítios e chácaras de lazer ou moradia privilegiada, como Nova Lima e Lagoa Santa, que o crescimento populacional fosse mais intenso. Em Pedro Leopoldo, a uma distância de pouco mais de 30 Km de Belo Horizonte, as propriedades da

Classe III são predominantemente destinadas ao plantio de pequenas culturas de subsistência. Provavelmente, a oferta de boas oportunidades de emprego não foi suficiente para atrair contingentes expressivos de população.

Neste ponto da análise algumas conclusões gerais já podem ser extraídas. Na RMBH os locais que apresentaram o maior crescimento relativo de população foram aqueles onde o poder público autorizou ou foi complacente com o lançamento de loteamentos populares e/ou incentivou a industrialização.

A disponibilidade de uma matriz origem-destino para a RMBH para o período 1980-91 certamente permitirá a continuidade da superposição com as informações sobre ocupação do solo urbano, de modo a apontar, com mais detalhes, as tendências até aqui sugeridas a partir dos dados para a década de 70. As informações do Censo Demográfico de 1991 ainda não estão totalmente disponíveis, mas os dados preliminares já divulgados permitem tecer considerações, também ainda preliminares, acerca da dinâmica demográfica e migratória da RMBH nos anos 80. Esses aspectos são abordados na próxima seção.

#### 5.4 O que nos dizem os dados preliminares do Censo de 1991

Os dados do Censo Demográfico de 1991 necessários para se estimar a migração ainda não estão disponíveis, mas os existentes permitem alguns comentários acerca da evolução do crescimento da população metropolitana.

Na RMBH a taxa de crescimento anual de 4,7%, na década de 70, passou para 2,2% entre 1980 e 1991. A Tabela 5.3 mostra que não apenas as taxas de crescimento do município de Belo Horizonte caíram, como já vinha ocorrendo, mas também a da periferia. De 3,7% na década de 70, a taxa da capital passou para 1,2%, entre 1980 e 1991, o que aponta para saldo migratório negativo no período. O ritmo da queda nos municípios periféricos foi menos intenso: de 7,5% ao ano entre 1970 e 1980, as taxas ficaram em 5,1% no período 1980/91.

Não só a queda na taxa da capital chama a atenção. Ribeirão das Neves, que na década de 70 experimentou o maior ritmo de crescimento populacional (21,4% ao ano), ficou em quarto lugar no período 1980/91, com uma taxa de 7,2% ao ano.

Neste período, o ritmo do crescimento foi mais intenso em Ibitité (8,0% ao ano), Santa Luzia (7,9%) e Vespasiano (7,4%). Ibitité confirma sua posição de eixo de expansão de Contagem, iniciado na década de 70. Vespasiano provavelmente passa por uma intensificação do processo de conurbação, nos moldes daquele verificado nos anos 70 em Ribeirão das Neves, enquanto Santa Luzia continua a ter um crescimento expressivo, mas já não tão acelerado quanto na década de 70.

Fato semelhante verificou-se nos outros dois municípios mais importantes, após a capital. Em Contagem, a queda do crescimento populacional foi mais intensa, pois a taxa anual caiu de 9,7% ao ano, na década de 70, para 4,4% no período 1980/91. Em Betim, o ritmo da queda foi mais lento, haja vista que a taxa de crescimento era de 8,4% nos anos 70, e em 1980/91 este percentual foi de 6,7% ao ano.



Houve municípios em que as taxas foram menores (entre 3% e 4% ao ano) e próximas das da década de 70, indicando uma certa estabilidade, em termos de crescimento populacional. Em Pedro Leopoldo e Sabará as taxas caíram levemente durante o período analisado, enquanto que Lagoa Santa experimentou um ligeiro aumento - de 3,4% para 3,9%.

TABELA 5.3  
POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1991 E  
TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO ANUAL POR MUNICÍPIO,  
1970/80 E 1980/91

| MUNICÍPIOS   | POPULAÇÃO - 1991 |         | TAXA DE CRESC. (%) |         |
|--------------|------------------|---------|--------------------|---------|
|              | URBANA           | RURAL   | 1970/80            | 1980/91 |
| B. HORIZONTE | 2.011.036        | 6.091   | 3,74               | 1,15 -  |
| BETIM        | 162.462          | 8.775   | 8,35               | 6,65 -  |
| CAETÉ        | 29.072           | 4.080   | 1,99               | 0,75 -  |
| CONTAGEM     | 419.365          | 29.626  | 9,70               | 4,38 -  |
| IBIRITÉ      | 91.152           | 1.485   | 7,44               | 7,95.   |
| LAGOA Sta.   | 27.888           | 1.843   | 3,37               | 3,94 -  |
| NOVA LIMA    | 43.959           | 8.367   | 1,96               | 2,21 +  |
| P. LEOPOLDO  | 32.861           | 8.727   | 3,81               | 3,01 -  |
| RAPOSOS      | 13.253           | 927     | 1,54               | 1,72 .  |
| RIB. NEVES   | 119.793          | 23.903  | 21,37              | 7,16 -- |
| RIO ACIMA    | 5.638            | 1.425   | - 0,08             | 3,06 +  |
| SABARÁ       | 74.740           | 14.996  | 3,60               | 3,09 -  |
| Sta. LUZIA   | 130.086          | 7.600   | 9,00               | 7,87 -  |
| VESPASIANO   | 35.163           | 19.421  | 7,27               | 7,39 -  |
| RMBH         | 3.196.468        | 137.266 | 4,71               | 2,15    |
| PERIFERIA    | 1.185.432        | 131.175 | 7,46               | 5,14    |

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991.

Quanto aos municípios que na década de 70 obtiveram um saldo migratório negativo, houve comportamentos divergentes no período 1980/91. Rio Acima, cuja taxa de crescimento havia sido inclusive negativa (- 0,08 ao ano, na década de 70), passou provavelmente a experimentar saldo migratório positivo, posto que sua taxa foi de 3,1% ao ano, entre 1980 e 1991. Deve-se lembrar que sua base populacional é pequena e qualquer aumento pesa muito na taxa de crescimento.

O inverso ocorreu em Caeté, já que sua taxa diminuiu de 2,0% para 0,8% ao ano no período em questão, ou seja, o saldo migratório continuou negativo. Em Nova Lima e Raposos as taxas cresceram ligeiramente, como demonstra a Tabela 5.3.

Um fato curioso ocorre com a situação domiciliar na RMBH. Enquanto em 1980, 96,9% da população residia na área urbana, em 1991 esta percentagem passou para 95,9%. Em termos de taxas anuais, o crescimento foi de 2,5% na área urbana e 4,0% na rural. A interpretação destes resultados deve ser muito cuidadosa, pois:

"Do forte crescimento da população 'rural' não se deve concluir ter havido mudança radical na tendência de esvaziamento da população das áreas rurais dedicadas às atividades agropecuárias, mas sim que, crescentemente, as populações mais pobres, diante dos custos proibitivos dos lotes em regiões mais urbanizadas, estão tendendo a fixar residência não somente em áreas urbanas dos municípios mais pobres, mas também em locais administrativamente definidos como rurais" (AVALIAÇÃO ..., 1992).

Esta explicação deixa claro que a disponibilidade e os tipos de loteamentos são um fator importante para explicar a distribuição e o assentamento da população na RMBH, tal como discutido no decorrer deste capítulo.

Pode-se concluir que o processo de periferização avança, a despeito da notória desaceleração do ritmo de crescimento na metrópole, refletindo o processo de deterioração por que passa a sociedade brasileira e exigindo grandes esforços por parte do poder público.

Não apenas a estruturação do espaço urbano traz sérios desafios ao planejamento. A estrutura da própria população é um fator que exige muita atenção.

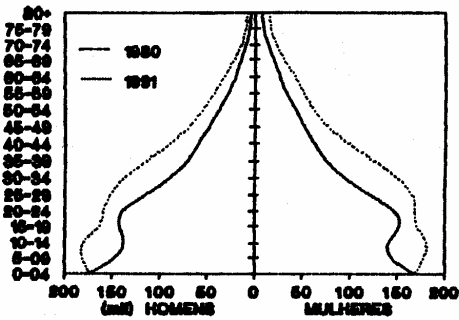
O fato de que as taxas de crescimento populacional diminuam não significa que não se tenha que atuar decisivamente no sentido de aumentar a oferta de serviços, principalmente os de saúde e educação, onde as carências são enormes.

Grande número de pessoas na população metropolitana, em 1980, concentrava-se em torno dos 10 a 30 anos, tanto para a população feminina quanto masculina, o que fazia prever pressão sobre a natalidade, apesar do declínio da fecundidade. A consequência disso foi um razoável crescimento da população na faixa etária dos 5 a 15 anos de idade, durante a década de 80 (Gráfico 5.1).

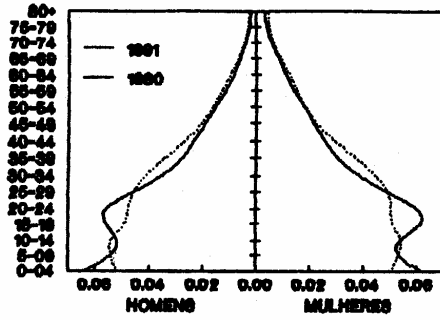
Não obstante, a participação relativa da população com menos de 10 anos diminuiu em 1991, como mostra o Gráfico 5.1A. Porém, a diminuição mais brusca ocorreu justamente entre 15 e 30 anos.

Paralelamente, em 1991 a proporção de população adulta entre os 30 a 50 anos aumentou em relação a 1980. O número de pessoas com mais de 60 anos de idade também aumentou - inclusive relativamente -, predizendo a necessidade de maior atenção para com a população idosa - como aposentadoria, assistência médica, etc.

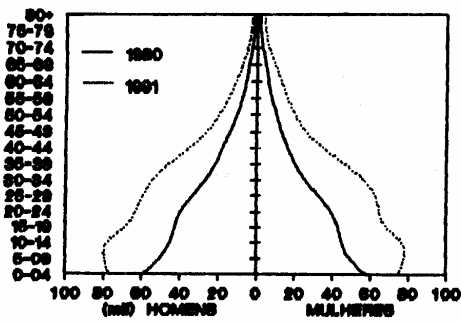
**GRAF. 5.1 RMBH - 1980/91  
ESTRUTURA ETARIA**



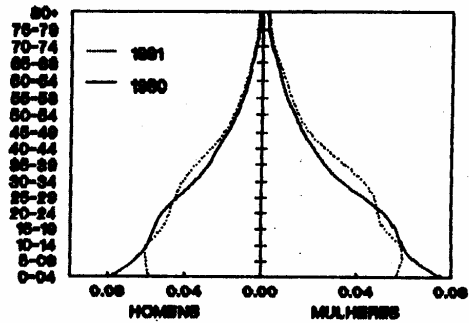
**GRAF. 5.1A RMBH - 1980/91  
ESTRUTURA ETARIA RELATIVA**



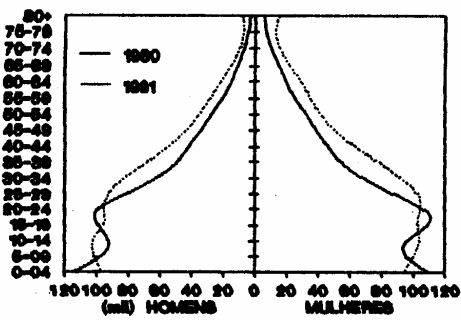
**GRAF. 5.2 RMBH, EXCETO BH - 1980/91  
ESTRUTURA ETARIA**



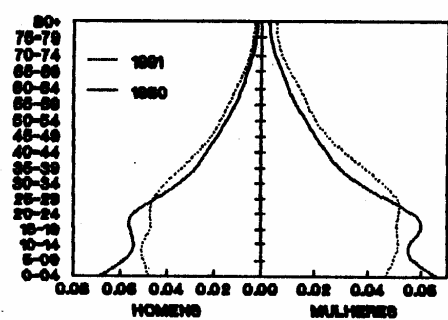
**GRAF. 5.2A RMBH, EXCETO BH - 1980/91  
ESTRUTURA ETARIA RELATIVA**



**GRAF. 5.3 BELO HORIZONTE - 1980/91  
ESTRUTURA ETARIA**



**GRAF. 5.3A BELO HORIZONTE - 1980/91  
ESTRUTURA ETARIA RELATIVA**



Dada a grande participação da população de Belo Horizonte na região metropolitana (62,8% do total, em 1991), faz-se necessário uma análise desagregada segundo a população na capital e na região metropolitana, excluindo-se Belo Horizonte.

Quanto à periferia metropolitana, nota-se no Gráfico 5.2 que o aumento da população foi generalizado, isto é, em todos os grupos etários. Mas a proporção de crianças com menos de 10 anos de idade diminuiu, assim como de adolescentes e jovens adultos (Gráfico 5.2A). Em contrapartida, o número de adultos acima de 30 anos e de idosos aumentou ligeiramente sua participação no total da população.

No município de Belo Horizonte o processo de envelhecimento é mais nítido (Gráficos 5.3 e 5.3A). Há clara diminuição da proporção de pessoas abaixo de 30 anos, compensada pelo aumento em todas as outras faixas etárias. Considerando que o número de mulheres no período reprodutivo em 1980 era grande, tanto em números absolutos como relativos, infere-se que a queda da fecundidade foi abrupta, assim como a diminuição da imigração que, como visto, concentra-se nas idades até 30 anos.

Em síntese, a abordagem teórica proposta e a análise dos resultados empíricos demonstram que há uma íntima relação entre o uso e ocupação do solo e as migrações internas, notadamente os fluxos populacionais ocorridos dentro da RMBH nos anos 70. A seguir, o último capítulo procura comentar criticamente as principais evidências analisadas no decorrer da dissertação, além de avaliar, preliminarmente, as tendências migratórias e algumas possibilidades analíticas que se abrem para os anos 90.

## 6 Conclusões

Analisando o comportamento demográfico da RMBH desde a década de 60 até onde os dados do Censo Demográfico de 1991 o permitem, percebe-se como o padrão de crescimento e da distribuição da população acompanham as mudanças estruturais do país.

Nos anos 60, consolida-se a industrialização como atividade econômica em ascensão. Este fato, associado ao processo de concentração fundiária e ao início de uma mecanização crescente no campo, fez com que enormes contingentes populacionais procurassem trabalho nas grandes cidades. A urbanização aumenta a um ritmo vertiginoso, induzida, sobretudo, pela migração rural-urbana.

A RMBH se destaca como a metrópole que mais cresceu no Brasil durante a década de 60. O fenômeno da urbanização continuou acelerado durante o decênio seguinte, embora já se percebesse um decréscimo nas taxas líquidas de migração.

Com os crescentes problemas urbanos característicos de qualquer metrópole brasileira, a periferia passa a crescer mais velozmente que a capital. O espaço físico para o assentamento de uma população ainda crescente, em termos absolutos, torna-se um fator essencial para a compreensão da distribuição populacional no espaço.

A dificuldade por parte do poder público em coordenar e controlar a expansão lança milhares de pessoas a condições precárias de sobrevivência. A favelização e os loteamentos clandestinos sem infra-estrutura básica são

uma face da moeda. Enquanto isso, os componentes da população avançam com sua própria dinâmica.

A participação relativa da população infantil tem diminuído, assim como aumentado a proporção de adultos. Como na década de 70 a maior concentração de pessoas encontrava-se no início do período reprodutivo, infere-se que a fecundidade decresceu. Sendo que o ritmo de crescimento metropolitano diminuiu muito drasticamente, supõe-se que a migração tenha continuado o seu processo de queda. Nem por isso os movimentos populacionais, principalmente dentro da própria RMBH, deixam de desempenhar um papel fundamental quanto à distribuição da população no espaço. Tudo indica que os fluxos intra-metropolitanos passem a ser uma questão de destaque na década de 90.

Nos anos 70 Belo Horizonte teve emigração significativa de seus habitantes para os municípios periféricos, apesar do saldo positivo com o resto de Minas Gerais e do Brasil. Nos anos 80 experimentou provavelmente saldo negativo. Por outro lado, Contagem dava continuidade ao processo de conurbação, ao ceder imigrantes para Ibirité. Esta imigração ainda era tímida, mas se considerarmos que este foi o município de maior taxa de crescimento anual entre 1980 e 1991, não será surpresa se este processo tiver continuado e até mesmo incrementado nos anos 80. Estes são apenas alguns exemplos, que no entanto demonstram a mudança no padrão demográfico da RMBH neste final de século.

Enfim, o crescimento e a distribuição espacial da população em uma metrópole são algumas das expressões da sociedade brasileira. Ao decréscimo populacional da população está subjacente a difusão cada vez mais intensa

dos valores próprios da urbanização; à mobilidade espacial da população - notadamente a intra-metropolitana - está implícita uma das mais dramáticas estratégias de sobrevivência. Nestes dois fenômenos, tão inter-relacionados, estão sintetizadas as desigualdades sociais e uma luta permanente por um lugar na metrópole.

Não há dúvidas de que as características e os problemas sócio-econômicos de Belo Horizonte, o coração da metrópole, são os principais responsáveis pela forma da distribuição espacial da população. É na capital onde a atuação do Estado é mais marcante. Este, tradicionalmente representante de uma elite, ao nível nacional não se preocupou em assentar famílias provenientes das zonas rurais ou de pequenas cidades, expulsas devido à estagnação econômica e/ou à concentração fundiária. Fronteiras agrícolas ou centros urbanos maiores tornaram-se seu destino compulsório. No nível regional, o governo mineiro concentrou seus esforços de industrialização na zona metalúrgica. Assim, no interior de um Estado marcado por práticas políticas arcaicas e não menos elitista do que na esfera federal, a solução para boa parte da população foi a de emigrar. Dentro do próprio Estado de Minas, a RMBH era uma das poucas opções.

A medida que a capital e outros municípios se desenvolvem e a especulação imobiliária avança, governos municipais da periferia vêm-se forçados a liberar a aprovação de loteamentos, muitas vezes sem a menor infra-estrutura, lançando parcelas expressivas da população a precárias condições de vida. Toda essa problemática urbana pede medidas urgentes por parte do poder público, há tempos paralisado pela duradoura crise que assola o país.



Após a análise do crescimento e da distribuição espacial da população da RMBH, são necessários alguns comentários de natureza metodológica e teórica, assim como sobre as perspectivas de novos estudos.

Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que a subutilização dos dados do Censo Demográfico de 1980 - que representou um avanço em relação aos anteriores - não limitou-se apenas aos quesitos diretamente relacionados com a migração (particularmente aquele que se refere ao último local de residência). As estimativas indiretas de migração (resíduo do crescimento vegetativo) também não foram devidamente explorados, pelo menos quando a unidade espacial de análise é o município.

Quanto a esse aspecto, é certo que infelizmente não são todos os pesquisadores que dispõem da amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980, necessária para os cálculos do crescimento vegetativo. Entretanto, mesmos quando esses dados estavam disponíveis, não se experimentou trabalhar com o nível municipal. A experiência dessa dissertação demonstra que os cálculos de saldos migratórios por município são factíveis, desde que se tome os cuidados quando a fonte de dados é uma amostra - foi necessário, por exemplo, agregar alguns municípios. Além disso, as estimativas diretas e indiretas são complementares e trabalhar conjuntamente com as duas enriquece sobremaneira a análise. Portanto, mais do que a dificuldade em se obter os dados da amostra, a falta de trabalhos sobre migração para unidades mais desagregadas demonstra o relativo desinteresse sobre a questão migratória na década passada face às outras componentes da dinâmica demográfica. Muito do que se está inferindo dos dados do Censo Demográfico de 1991 já tinha sido anunciado pelos dados de 1980.

Uma consequência da falta de maior exploração dos dados e da metodologia referentes às migrações é que os aspectos teóricos não obtiveram os avanços desejáveis. Uma revisão bibliográfica sobre o tema no Brasil, aponta que à riqueza de discussões da década de 70 contrapõe-se a timidez teórica dos anos 80. E isso num momento histórico de crises e velozes transformações sociais, que na ciência se expressaram, entre outras formas, através de um paradigma voltado a uma abordagem holística, mais integrada e abrangente. Talvez esse novo enfoque esteja apontando para o esgotamento do mito da especialidade como um fim e não como um meio de interpretação da realidade.

Foi pensando um pouco nessas questões, que o marco teórico proposto no Capítulo 2 procurou abranger duas ciências distintas - a demografia e a geografia urbana -, mas com nítidas interfaces. Nesse caso, os riscos são muitos e os resultados incipientes e ainda precários, ou seja, a abordagem é mais um esforço de contribuição do que um modelo pronto e acabado.

A despeito dessas limitações, o marco de referência analítica e os resultados empíricos da RMBH evidenciam que muito ainda há por se fazer e avançar. Se não existe um único modelo explicativo da realidade de uma metrópole, uma abordagem interdisciplinar contribuirá para enriquecer as análises. Nesse caso, o trabalho conjunto de pesquisadores de formações variadas, somado aos avanços tecnológicos como, por exemplo, o mapeamento urbano computadorizado, formam um poderoso instrumento para investigar o complexo, difícil, porém fascinante universo metropolitano. Sem dúvida, a década de 90 anuncia grandes transformações e os demógrafos possuem todos

os "ingredientes" para reverter a apatia que cercou o tema da distribuição espacial da população metropolitana nos anos 80.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. *A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas - estudo de caso de São Paulo*. São Paulo: USP/IPE, 1982. 215p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS 1988-89. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Superintendência Central de Estatística e Informação, 1990.
- AZEVEDO, Sérgio. *Política urbana: desafios e perspectivas*. Fundação J.P., Belo Horizonte, v.8, n.8, p. 11-16, ago., 1978.
- AVALIAÇÃO das bases demográficas da região metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação Cristiano Ottoni/TRANSMETRO, 1992. v.2. Estimativa de população residente em 1º de junho de 1992 por Área Homogênea da RMBH.
- BALÁN, Jorge. *Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional: notas para discussão*. In: MOURA, Hélio A. de. *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. p.845-869. Texto originalmente publicado em: BALÁN, Jorge. *Urbanización, migraciones internas y desarrollo regional, notas para discusión*. In: MIGRAÇÕES internas e desenvolvimento regional. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1973. p.301-26. mimeografado.
- BERRY, Brian. *Geography of market centers and retail distribution*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- BRITO, Fausto Alves, MERRICK, Thomas Willian. *Migração, absorção de mão-de-obra e distribuição de renda*. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, V.4, n.1, p.75-122, jun/maio, 1974.
- CARVALHO, José Alberto Magno de. *Migrações Internas: mensuração direta e indireta*. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v.43, n.171 p. 549-583, jul./set., 1982.
- CARVALHO, José Alberto Magno, FERNANDES, Fernando. *Migrações internas no Brasil por Unidades da Federação e quadro domiciliar - 1960/70 e 1970/80*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFGM, 1991. Mimeografado.
- CENSO DEMOGRÁFICO de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1960 (7º Recenseamento Geral do Brasil, 1970)
- CENSO DEMOGRÁFICO de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1972 (8º Recenseamento Geral do Brasil, 1970)

CENSO DEMOGRÁFICO: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1983 (9º Recenseamento Geral do Brasil) v.1, t.4, n.16. Minas Gerais.

CINTRA, A.O. Área Metropolitana, desafio à técnica e à comunidade. Fundação J. P., Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 51-55, abr/jun., 1972.

COELHO, Alzira Lydia Nunes & MERRICK, Thomas Willian. Migração e crescimento demográfico na grande Belo Horizonte. In: COSTA, Manoel Augusto (ed.) Estudos de demografia urbana. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975. p.197-220.

COELHO, Alzira Lydia Nunes, MENDONÇA, Laura S. de Michelis, ARAUJO, Maria Bernadete. A reversão do comportamento migratório mineiro: um desafio ao planejamento. Fundação J. P. Análise e Conjuntura. Belo Horizonte, v.12, n.3/4, p.46-88, mar./abr., 1982

COELHO, Paulo Henrique Ozório. Processo de urbanização e visão histórica de Belo Horizonte. Fundação J. P., Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 42-48, out/dez. 1972.

CHRISTALLER, W. Die Zentralen Orte in Mitteleuropa, Jena, 1933. Traduzido para o inglês por Corlisse W. Baskin com o título Central places in southern Germany. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.

THE DETERMINANTS and consequences of population trends. New York: UNITED NATIONS, 1973. v.1. (Population Studies, n.50).

→ ECONOMIA regional, sistema urbano e processo migratório na região polarizada por Belo Horizonte: estudo de base para definição de estratégias alternativas de sistemas urbanos no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR. 1979.

GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP. 1993. 310p.

GRAHAM, Douglas H. & HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. As migrações Inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio A. de. Migração Interna: Textos selecionados. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.733-777. Texto originalmente publicado em: HARRIS, John R. e TODARO, Michael P. Migration, unemployment and development: two-sector analysis. The American Economic Review, 15: 126-42, Mar, 1970.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: HUCITEC. 1980. 291p.

HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. Inter-regional and Urban migration and economic growth in Brazil. In: Migrações Internas e desenvolvimento regional, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1973. p.327-76. Mimeografado.

- LEE, Everett, S. Uma teoria sobre a migração In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.89-114. Texto originalmente publicado em: LEE, Everett S. A theory on migration. *Demography*, 3(1): 47-57, 1966 (Population Studies Center, Series in Studies of Human Resources, 1).
- LEFEBVRE, H. *La révolution urbaine*. Paris: GALLIMARD, 1970.
- LÖSCH, August. *The economic of location*. Yale: Yale University Press, 1954.
- MATA, Milton da (org.). *Urbanização e migrações internas*. IN: MOURA, Hélio A de. **Migração interna: texto selecionados**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.807-844. Texto originalmente publicado em: Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 715-746, out 1973.
- MATOS, Ralfo E. S. **Impactos da legislação urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte: um estudo de caso**. Belo Horizonte, 1984, 217 p. Dissertação (mestrado) - CEDEPLAR/FACE/UFMG.
- MATOS, Ralfo E. S. **Planejamento urbano e regional: o caso de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. UFMG/IGC, 1988, 87 p.
- O MERCADO da terra na região metropolitana. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1978. 187p.
- MUDANÇAS na composição do emprego e na distribuição de renda; efeitos sobre migrações internas. Brasília: MINTER, 1976.
- OLIVEIRA, Orlandina de, STERN, Cláudio. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.245-265. Texto originalmente publicado em: OLIVEIRA, Orlandina & STERN, Cláudio. Notas acerca de la teoria de las migraciones interna, aspectos sociológicos. IN: MUÑOZ, Humberto et alli ed. *Migraciones y desarrollo*. Mexico: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 1971 (Serie Población, informe de Investigación). Documento apresentado no Segundo Seminário de Especialização em Demografia, México, 8/20, nov. 1971.
- RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração In: MOURA, Hélio A. de (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980.p. 17-88. Texto originalmente publicado em: Ravenstein, E.G. The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, 47 (part.1): 167-227, June, 1885.
- RENNER, Cecília H., PATARRA, Neide L. **Migrações**. São Paulo: T.A. QUEIROZ, EDITOR. 1980. P.236-260.

X RODRIGUES, Roberto do Nascimento. Determinantes sócio-econômicos de morbidade e mortalidade numa área de industrialização recente: o caso de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1980. Dissertação (mestrado) CEDEPLAR/FACE/UFMG.

SALIM, Celso Amarin. Estrutura agrária e dinâmica migratória na região Centro-Oeste, 1970-80: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada. Belo Horizonte. 1992. Tese (doutorado) CEDEPLAR/FACE/UFMG. 365 p.

SANTOS, Milton Almeida dos. Manual de geografia urbana. São Paulo. HUCITEC, 1981. 203p.

SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob, S. The methods and materials of demography. Washington: U.S. Government Printing Office, 1980.

X SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 5.ed. São paulo: Brasiliense, 1978. p.151.

X SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1977. 378 p.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO - 1991. Rio de Janeiro: IBGE [1993], n.16 Minas Gerais.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego Urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio A. de (org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1980. p.145-171. Texto originalmente publicado em: TODARO, Michael P. A model of labor migration in less developed countries. *The American Economic Review*, v.59, n.1, p. 138-48, Mar, 1969.

UNITED NATIONS. The determinants and consequences of population trends. v.1, 1973.

WOOD, Charles H. Equilibrium and historical structural perspectives on migration. *International migration Review*. V.16. n. 2, p.298-319, 1982.